

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

PROVAS OBJETIVAS

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1

A inteligência artificial (IA) está transformando diferentes setores da sociedade, e a segurança desponta entre as áreas que mais têm se beneficiado da tecnologia. No Brasil, a tendência segue em expansão, refletindo um mercado em constante adaptação às novas demandas de empresas e consumidores. De acordo com pesquisa realizada pela IEEE Transmitter, 48% dos líderes de tecnologia entrevistados esperam que o principal uso da IA seja voltado à identificação de vulnerabilidades de segurança em tempo real e à prevenção de ataques cibernéticos.

Uma das inovações mais promissoras é o uso de reconhecimento facial em larga escala. Inicialmente desenvolvido para a segurança pública, o recurso agora é aplicado no mercado de varejo, com funções que vão além da prevenção de perdas. O reconhecimento facial auxilia a identificação de quadrilhas e o monitoramento de comportamentos suspeitos, mas também fornece dados sobre o perfil do público, como gênero e faixa etária. “As informações ajudam lojistas a planejar promoções, a organizar a exposição de produtos de acordo com o fluxo de clientes e até mesmo a otimizar o trabalho da equipe em horários de maior movimento”, salienta Gustavo Maciel, gerente de varejo da empresa de equipamentos de vigilância Hikvision.

Outro dos principais cenários de aplicação da IA no Brasil são as cidades inteligentes. Em 2026, espera-se que iniciativas como monitoramento em tempo real, muralhas digitais e semáforos inteligentes se tornem cada vez mais comuns. O objetivo é melhorar a segurança pública e também otimizar a gestão urbana, oferecendo opções integradas que auxiliem a identificar infrações, responder rapidamente a emergências e monitorar fluxos de trânsito. O uso da IA em cidades inteligentes reforça a conexão entre tecnologia e qualidade de vida, criando espaços urbanos mais eficientes e resilientes.

As inovações impulsionadas pela IA estão remodelando o setor de segurança no Brasil, e abrangem desde soluções patrimoniais até a otimização do varejo. Tecnologias como o reconhecimento facial, as mídias digitais e os sistemas inteligentes demonstram o potencial da IA para criar ambientes mais seguros e eficientes. “Desse modo, o país avança na adoção de recursos que atendem às demandas do presente e se preparam para um futuro ainda mais conectado e protegido”, conclui Maciel.

Internet: <www.em.com.br> (com adaptações).

QUESTÃO 1

O objetivo central do texto CG1A1 é destacar a potencialidade da IA

- Ⓐ na gestão urbana.
- Ⓑ na segurança.
- Ⓒ no mercado de varejo.
- Ⓓ na prevenção de ataques cibernéticos.
- Ⓔ no monitoramento de comportamentos suspeitos.

||JUSTIFICATIVAS||

- ||A|| - Incorreta. O contexto relativo à gestão urbana é secundário no texto, não sendo seu objetivo central.*/*
- ||B|| - Correta. O uso da IA na segurança é o tema anunciado desde o primeiro período e reiterado ao longo de todo o texto, abrangendo tanto a segurança pública quanto a particular.*/*
- ||C|| - Incorreta. O contexto relativo ao mercado de varejo é secundário no texto, não sendo seu objetivo central.*/*
- ||D|| - Incorreta. O contexto relativo à prevenção de ataques cibernéticos é secundário no texto, não sendo seu objetivo central.*/*
- ||E|| - Incorreta. O contexto relativo ao monitoramento de comportamentos é secundário no texto, e inclusive se insere no contexto principal, que é o da segurança.*/*

QUESTÃO 2

De acordo com as ideias veiculadas no segundo parágrafo do texto CG1A1, o reconhecimento facial

- Ⓐ é um recurso tecnológico que, no mercado de varejo, visa especificamente à prevenção de perdas.
- Ⓑ representa o principal recurso da atualidade para a identificação de quadrilhas criminosas e o monitoramento de comportamentos suspeitos.
- Ⓒ foi planejado, em princípio, para a aplicação na área de segurança pública.
- Ⓓ facilita a fiscalização do desempenho dos trabalhadores do mercado de varejo durante horários de pico.
- Ⓔ objetiva primordialmente a identificação de dados sobre o perfil do público no mercado de varejo.

||JUSTIFICATIVAS||

- ||A|| - Incorreta. De acordo com o texto, o recurso “agora é aplicado no mercado de varejo, com funções que vão além da prevenção de perdas”. Ou seja, o recurso não visa especificamente à prevenção de perdas no mercado de varejo.*/*
- ||B|| - Incorreta. O texto se limita a afirmar que o uso de reconhecimento facial “auxilia” nesses dois contextos: “O reconhecimento facial auxilia a identificação de quadrilhas e o monitoramento de comportamentos suspeitos”. Não há no texto a informação de que esse seja o principal recurso para a identificação de quadrilhas e o monitoramento de comportamentos suspeitos.*/*
- ||C|| - Correta. De acordo com o texto, o reconhecimento facial foi “Inicialmente desenvolvido para a segurança pública”.*/*
- ||D|| - Incorreta. A opção extrapola o conteúdo do texto. Sobre o assunto, o texto se limita a reproduzir a fala de Gustavo Maciel, que afirma que “As informações ajudam lojistas a planejar promoções, a organizar a exposição de produtos de acordo com o fluxo de clientes e até mesmo a otimizar o trabalho da equipe em horários de maior movimento”.*/*
- ||E|| - Incorreta. Conforme o segundo parágrafo do texto, “o recurso agora é aplicado no mercado de varejo, com funções que vão além da prevenção de perdas. Ele auxilia a identificação de quadrilhas e o monitoramento de comportamentos suspeitos, mas também fornece dados sobre o perfil do público, como gênero e faixa etária.”. O texto relaciona as funções da IA no mercado de varejo, mas sem hierarquizá-las.*/*

QUESTÃO 3

Com base no terceiro parágrafo do texto CG1A1, é correto concluir que as cidades inteligentes

- Ⓐ já contam, ou deverão contar em breve, com iniciativas como monitoramento em tempo real, muralhas digitais e semáforos inteligentes.
- Ⓑ são a promessa de solução mais eficaz para a questão da segurança pública na atualidade.
- Ⓒ devem ser implementadas no Brasil ao longo do ano de 2026.
- Ⓓ tornaram possível, de forma inédita, a conexão entre tecnologia e qualidade de vida.
- Ⓔ se limitam a otimizar a gestão urbana.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. Afirma-se no texto que “Em 2026, espera-se que iniciativas como monitoramento em tempo real, muralhas digitais e semáforos inteligentes se tornem cada vez mais comuns”.*/

||B|| - Incorreta. A informação extrapola o conteúdo do texto, que apenas afirma que as cidades inteligentes são outro dos principais cenários de aplicação da IA no Brasil.*/

||C|| - Incorreta. No texto, a afirmativa de que “espera-se que iniciativas como monitoramento em tempo real, muralhas digitais e semáforos inteligentes se tornem cada vez mais comuns” dá a entender que essas tecnologias (ou parte delas) já estão em uso no país.*/

||D|| - Incorreta. Segundo o texto, “O uso da IA em cidades inteligentes reforça a conexão entre tecnologia e qualidade de vida, criando espaços urbanos mais eficientes e resilientes”, ou seja, as cidades inteligentes reforçam essa relação, mas não são elas que a tornaram possível.*/

||E|| - Incorreta. Segundo o texto, o objetivo das cidades inteligentes é “melhorar a segurança pública e também otimizar a gestão urbana”, ou seja, não se limita a este último aspecto.*/

QUESTÃO 4

Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o seguinte trecho do primeiro parágrafo do texto CG1A1: “a tendência segue em expansão, refletindo um mercado em constante adaptação”. Assinale a opção em que a proposta apresentada é gramaticalmente correta e está em conformidade com os sentidos originais do texto.

- Ⓐ a tendência segue em expansão e reflete um mercado em constante adaptação
- Ⓑ a tendência segue em expansão, por que reflete um mercado em constante adaptação
- Ⓒ a tendência segue em expansão embora reflita um mercado em constante adaptação
- Ⓓ a tendência segue em expansão, logo, reflete um mercado em constante adaptação
- Ⓔ a tendência segue em expansão dado refletir um mercado em constante adaptação

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. No trecho destacado do texto, a oração iniciada pelo verbo **refletir** adiciona uma informação à oração anterior, assim como a proposta de alteração feita na opção.*/

||B|| - Incorreta. No trecho destacado do texto, a oração iniciada pelo verbo **refletir** não consiste em explicação ou causa da anterior, logo os sentidos do texto não seriam mantidos com a reescrita, além de o emprego de “por que” ser incorreto no contexto.*/

||C|| - Incorreta. No trecho destacado do texto, a oração iniciada pelo verbo **refletir** não exprime circunstância de concessão em relação à oração anterior. Logo, os sentidos do texto não seriam mantidos na reescrita.*/

||D|| - Incorreta. No trecho destacado do texto, a oração iniciada pelo verbo **refletir** não veicula conclusão em relação à oração anterior. Logo, os sentidos do texto não seriam mantidos na reescrita.*/

||E|| - Incorreta. No trecho destacado do texto, a oração iniciada pelo verbo **refletir** não consiste em explicação ou causa da

anterior. Logo, os sentidos do texto não seriam mantidos na reescrita.*/

QUESTÃO 5

No trecho “O reconhecimento facial auxilia a identificação de quadrilhas e o monitoramento de comportamentos suspeitos, mas também fornece dados sobre o perfil do público” do texto CG1A1, a expressão “mas também” estabelece, com a oração que a precede, relação de

- Ⓐ adição.
- Ⓑ oposição.
- Ⓒ explicação.
- Ⓓ conclusão.
- Ⓔ causa.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. A locução “mas também” indica adição de ideias. No trecho, afirma-se que o reconhecimento facial [não só] auxilia a identificação de quadrilhas e o monitoramento de comportamentos suspeitos, mas também fornece dados sobre o perfil do público. Nesse caso, por meio da expressão “mas também”, acrescenta-se uma das aplicações do reconhecimento facial.*/

||B|| - Incorreta. A locução “mas também” indica adição de ideias, e não oposição.*/

||C|| - Incorreta. A locução “mas também” indica adição de ideias, e não explicação.*/

||D|| - Incorreta. A locução “mas também” indica adição de ideias, e não conclusão.*/

||E|| - Incorreta. A locução “mas também” indica adição de ideias, e não causa.*/

QUESTÃO 6

No terceiro parágrafo do texto CG1A1, a partícula “se”, em sua primeira ocorrência no trecho “espera-se que iniciativas como monitoramento em tempo real, muralhas digitais e semáforos inteligentes se tornem cada vez mais comuns”, indica que

- Ⓐ o verbo da primeira oração desse trecho está empregado na voz passiva.
- Ⓑ o sujeito da primeira oração desse trecho se classifica gramaticalmente como indeterminado.
- Ⓒ a primeira oração desse trecho não tem sujeito gramatical.
- Ⓓ o verbo da primeira oração desse trecho está empregado como reflexivo.
- Ⓔ o verbo da primeira oração desse trecho é pronominal.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. No caso, a partícula “se” é um pronome apassivador, indicando que a oração está na voz passiva sintética. O verbo “esperar” é transitivo direto e o sujeito da primeira oração é a segunda oração: [“que iniciativas como monitoramento em tempo real (...) se tornem cada vez mais comuns”].*/

||B|| - Incorreta. O sujeito da primeira oração é a oração seguinte: [“que iniciativas como monitoramento em tempo real (...) se tornem cada vez mais comuns”].*/

||C|| - Incorreta. O verbo “esperar” é transitivo direto e pessoal, ou seja, a oração tem sujeito, sendo ele expresso pela oração seguinte: [“que iniciativas como monitoramento em tempo real (...) se tornem cada vez mais comuns”].*/

||D|| - Incorreta. No caso, a partícula “se” não é pronome reflexivo, mas pronome apassivador, indicando que a oração está na voz passiva sintética.*/

||E|| - Incorreta. No caso, a partícula “se” não é parte integrante do verbo, mas pronome apassivador, indicando que a oração está na voz passiva sintética.*/

QUESTÃO 7

No trecho “O uso da IA em cidades inteligentes reforça a conexão entre tecnologia e qualidade de vida” do texto CG1A1, a forma verbal “reforça” é empregada com o mesmo sentido de

- A **provoca.**
- B **facilita.**
- C **gera.**
- D **possibilita.**
- E **intensifica.**

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O verbo “provocar” tem sentido diverso do de “reforçar”.*/

||B|| - Incorreta. O verbo “facilitar” tem sentido diverso do de “reforçar”.*/

||C|| - Incorreta. O verbo “gerar” tem sentido diverso do de “reforçar”.*/

||D|| - Incorreta. O verbo “possibilitar” tem sentido diverso do de “reforçar”.*/

||E|| - Correta. Os verbos “intensificar” e “reforçar” têm sentidos semelhantes e ambos são adequados ao contexto apresentado.*/

QUESTÃO 8

No que diz respeito à pontuação, seriam mantidos a correção gramatical e o sentido do último parágrafo do texto CG1A1 caso fosse

- A inserida vírgula imediatamente após a sigla “IA” no trecho “As inovações impulsionadas pela IA estão remodelando o setor de segurança no Brasil”.
- B suprimida a vírgula após “Brasil” no trecho “As inovações impulsionadas pela IA estão remodelando o setor de segurança no Brasil, e abrangem desde soluções patrimoniais”.
- C inserida vírgula após o vocábulo “inteligentes” no trecho “Tecnologias como o reconhecimento facial, as mídias digitais e os sistemas inteligentes demonstram o potencial da IA”.
- D inserida vírgula após a palavra ‘recursos’ no segmento ‘o país avança na adoção de recursos que atendem às demandas’.
- E suprimida a vírgula após ‘protegido’ no segmento ‘‘preparam para um futuro ainda mais conectado e protegido’, conclui Maciel”.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A vírgula sugerida estaria entre o sujeito da oração e seu predicado, o que contraria as normas gramaticais.*/

||B|| - Correta. O emprego de vírgula entre orações coordenadas ligadas por meio da conjunção “e” é facultativo, segundo as regras de pontuação, conforme a pausa que se confere à leitura. */

||C|| - Incorreta. A vírgula sugerida não se justifica com base nas regras gramaticais, pois separaria indevidamente o sujeito e o predicado da oração. */

||D|| - Incorreta. A vírgula sugerida alteraria de restritiva para explicativa a oração iniciada pelo vocábulo ‘que’, o que alteraria o sentido do texto.*/

||E|| - Incorreta. A vírgula empregada separa uma citação direta da voz do narrador do texto, logo não pode ser omitida, segundo as regras de pontuação.*/

Text CG1A7

The United Kingdom (UK) government is developing a “murder prediction” programme which it hopes can use personal data of those known to the authorities to identify the people most likely to become killers. Researchers are alleged to be using algorithms to analyse the information of thousands of people, including victims of crime, as they try to identify those at greatest risk of committing serious violent offences.

The Ministry of Justice (MoJ) says the scheme will “review offender characteristics that increase the risk of committing homicide” and “explore alternative and innovative data science techniques to risk assessment of homicide”. The project would “provide evidence towards improving risk assessment of serious crime and ultimately contribute to protecting the public via better analysis”, a spokesperson added.

The MoJ hopes the project will help boost public safety, but campaigners have called it “chilling and dystopian”.

Sofia Lyall, a researcher for Statewatch, the pressure group that discovered the existence of the project, said: “Time and again, research shows that algorithmic systems for ‘predicting’ crime are inherently flawed. This latest model [...] will reinforce and magnify the structural discrimination underpinning the criminal legal system.”

“Like other systems of its kind, it will code in bias towards racialised and low-income communities. Building an automated tool to profile people as violent criminals is deeply wrong, and using such sensitive data on mental health, addiction and disability is highly intrusive and alarming,” added Lyall.

Internet: <<https://www.theguardian.com/uk-news>> (adapted).

QUESTÃO 9

In the fragment “The MoJ hopes the project will help boost public safety, but campaigners have called it ‘chilling and dystopian’.” (third paragraph of text CG1A7), it can be correctly concluded that the pronoun “it” refers to

- A “The MoJ”.
- B “the project”.
- C “boost”.
- D “public safety”.
- E “campaigners”.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. No excerto “The MoJ hopes the project will help boost public safety, but campaigners have called it ‘chilling and dystopian’”, “it” é um pronome pessoal de terceira pessoa do singular que retoma (ou substitui) um substantivo (ou expressão nominal) mencionado anteriormente no período. De imediato, verifica-se que “it” não poderia estar se referindo nem a “boost”, por ser este um verbo não substantivado nem a “campaigners”, por ser este um substantivo plural, que exigiria o uso de “them”. Além disso, verifica-se que os adjetivos que qualificam o substantivo retomado por “it” – “assustador” e “distópico” – têm conotação negativa. Haja vista que, como se pode depreender do conjunto do texto, as referências depreciativas dos ativistas remetem diretamente ao novo programa (também referido como projeto), conclui-se que “it” se refere a “the project”, e não a “The MoJ” ou a “public safety”. */

||B|| - Correta. No excerto “The MoJ hopes the project will help boost public safety, but campaigners have called it ‘chilling and dystopian’”, “it” é um pronome pessoal de terceira pessoa do singular que retoma (ou substitui) um substantivo (ou expressão nominal) mencionado anteriormente no período. De imediato, verifica-se que “it” não poderia estar se referindo nem a “boost”, por ser este um verbo não substantivado nem a “campaigners”, por ser este um substantivo plural, que exigiria o uso de “them”. Além disso, verifica-se que os adjetivos que qualificam o substantivo retomado por “it” – “assustador” e “distópico” – têm conotação negativa. Haja vista que, como se pode depreender do conjunto do texto, as referências depreciativas dos ativistas remetem diretamente ao novo programa (também referido como projeto),

conclui-se que “it” se refere a “the project”, e não a “The MoJ” ou a “public safety”.*/

||C|| - Incorreta. No excerto “The MoJ hopes the project will help boost public safety, but campaigners have called it ‘chilling and dystopian’”, “it” é um pronome pessoal de terceira pessoa do singular que retoma (ou substitui) um substantivo (ou expressão nominal) mencionado anteriormente no período. De imediato, verifica-se que “it” não poderia estar se referindo nem a “boost”, por ser este um verbo não substantivado nem a “campaigners”, por ser este um substantivo plural, que exigiria o uso de “them”. Além disso, verifica-se que os adjetivos que qualificam o substantivo retomado por “it” – “assustador” e “distópico” – têm conotação negativa. Haja vista que, como se pode depreender do conjunto do texto, as referências depreciativas dos ativistas remetem diretamente ao novo programa (também referido como projeto), conclui-se que “it” se refere a “the project”, e não a “The MoJ” ou a “public safety”.*/

||D|| - Incorreta. No excerto “The MoJ hopes the project will help boost public safety, but campaigners have called it ‘chilling and dystopian’”, “it” é um pronome pessoal de terceira pessoa do singular que retoma (ou substitui) um substantivo (ou expressão nominal) mencionado anteriormente no período. De imediato, verifica-se que “it” não poderia estar se referindo nem a “boost”, por ser este um verbo não substantivado nem a “campaigners”, por ser este um substantivo plural, que exigiria o uso de “them”. Além disso, verifica-se que os adjetivos que qualificam o substantivo retomado por “it” – “assustador” e “distópico” – têm conotação negativa. Haja vista que, como se pode depreender do conjunto do texto, as referências depreciativas dos ativistas remetem diretamente ao novo programa (também referido como projeto), conclui-se que “it” se refere a “the project”, e não a “The MoJ” ou a “public safety”.*/

||E|| - Incorreta. No excerto “The MoJ hopes the project will help boost public safety, but campaigners have called it ‘chilling and dystopian’”, “it” é um pronome pessoal de terceira pessoa do singular que retoma (ou substitui) um substantivo (ou expressão nominal) mencionado anteriormente no período. De imediato, verifica-se que “it” não poderia estar se referindo nem a “boost”, por ser este um verbo não substantivado nem a “campaigners”, por ser este um substantivo plural, que exigiria o uso de “them”. Além disso, verifica-se que os adjetivos que qualificam o substantivo retomado por “it” – “assustador” e “distópico” – têm conotação negativa. Haja vista que, como se pode depreender do conjunto do texto, as referências depreciativas dos ativistas remetem diretamente ao novo programa (também referido como projeto), conclui-se que “it” se refere a “the project”, e não a “The MoJ” ou a “public safety”.*/

QUESTÃO 10

Based on the information provided in text CG1A7 about the “murder prediction” programme”, judge the following items.

- I The programme has been in use in the United Kingdom for at least a couple of years.
- II According to advocates of the programme in the UK government, one of its goals is to improve how the risk of serious crimes is assessed.
- III Opponents of the programme argue that it will increase the structural discrimination on which the UK criminal legal system is based.

Choose the correct option.

- A Only item I is correct.
- B Only item II is correct.
- C Only items I and III are correct.
- D Only items II and III are correct.
- E All of the items are correct.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Apenas os itens II e III estão certos. O item I está errado. Consoante o primeiro parágrafo do texto, o programa encontra-se em fase de desenvolvimento, não estando ainda em uso. Adicionalmente, todo o restante do texto descreve as funcionalidades que o programa deverá apresentar no futuro, assim como os possíveis resultados — positivos e negativos — que poderão ser observados quando de sua efetiva implementação. O item II está certo. Consoante o segundo parágrafo do texto, de acordo com o Ministério da Justiça, defensor do programa, o projeto (o programa) forneceria subsídios ou elementos para aprimorar a avaliação de risco de crimes graves. O item III está certo. A afirmativa essencialmente reformula a declaração de Sofia Lyall, representante da organização Statewatch — crítica do programa —, apresentada no último período do quarto parágrafo do texto.*/

||B|| - Incorreta. Apenas os itens II e III estão certos. O item I está errado. Consoante o primeiro parágrafo do texto, o programa encontra-se em fase de desenvolvimento, não estando ainda em uso. Adicionalmente, todo o restante do texto descreve as funcionalidades que o programa deverá apresentar no futuro, assim como os possíveis resultados — positivos e negativos — que poderão ser observados quando de sua efetiva implementação. O item II está certo. Consoante o segundo parágrafo do texto, de acordo com o Ministério da Justiça, defensor do programa, o projeto (o programa) forneceria subsídios ou elementos para aprimorar a avaliação de risco de crimes graves. O item III está certo. A afirmativa essencialmente reformula a declaração de Sofia Lyall, representante da organização Statewatch — crítica do programa —, apresentada no último período do quarto parágrafo do texto.*/

||C|| - Incorreta. Apenas os itens II e III estão certos. O item I está errado. Consoante o primeiro parágrafo do texto, o programa encontra-se em fase de desenvolvimento, não estando ainda em uso. Adicionalmente, todo o restante do texto descreve as funcionalidades que o programa deverá apresentar no futuro, assim como os possíveis resultados — positivos e negativos — que poderão ser observados quando de sua efetiva implementação. O item II está certo. Consoante o segundo parágrafo do texto, de acordo com o Ministério da Justiça, defensor do programa, o projeto (o programa) forneceria subsídios ou elementos para aprimorar a avaliação de risco de crimes graves. O item III está certo. A afirmativa essencialmente reformula a declaração de Sofia Lyall, representante da organização Statewatch — crítica do programa —, apresentada no último período do quarto parágrafo do texto.*/

||D|| - Correta. Apenas os itens II e III estão certos. O item I está errado. Consoante o primeiro parágrafo do texto, o programa encontra-se em fase de desenvolvimento, não estando ainda em uso. Adicionalmente, todo o restante do texto descreve as funcionalidades que o programa deverá apresentar no futuro, assim como os possíveis resultados — positivos e negativos — que poderão ser observados quando de sua efetiva implementação. O item II está certo. Consoante o segundo parágrafo do texto, de acordo com o Ministério da Justiça, defensor do programa, o projeto (o programa) forneceria subsídios ou elementos para aprimorar a avaliação de risco de crimes graves. O item III está certo. A afirmativa essencialmente reformula a declaração de Sofia Lyall, representante da organização Statewatch — crítica do programa —, apresentada no último período do quarto parágrafo do texto.*/

||E|| - Incorreta. Apenas os itens II e III estão certos. O item I está errado. Consoante o primeiro parágrafo do texto, o programa encontra-se em fase de desenvolvimento, não estando ainda em uso. Adicionalmente, todo o restante do texto descreve as funcionalidades que o programa deverá apresentar no futuro, assim como os possíveis resultados — positivos e negativos — que poderão ser observados quando de sua efetiva implementação. O item II está certo. Consoante o segundo parágrafo do texto, de acordo com o Ministério da Justiça, defensor do programa, o projeto (o programa) forneceria subsídios ou elementos para aprimorar a avaliação de risco de crimes graves. O item III está certo. A afirmativa essencialmente reformula a declaração de Sofia Lyall, representante da organização Statewatch — crítica do programa —, apresentada no último período do quarto parágrafo do texto.*/

QUESTÃO 11

When text CG1A7 states that “The MoJ hopes the project will help boost public safety” (third paragraph), it means the Ministry of Justice is expressing

Ⓐ a fear.

Ⓑ a doubt.

Ⓒ a concern.

Ⓓ a suspicion.

Ⓔ an expectation.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. No excerto em tela, o verbo que tem “MoJ” como sujeito é “hope”, que se traduz por “esperar”, no sentido de “ter esperança” ou “ter expectativa”. Trata-se, portanto, de um verbo que expressa uma expectativa positiva em relação a um evento futuro, ou seja, a ideia de que algo desejável venha a acontecer. Esse uso não denota medo (“fear”), dúvida (“doubt”), preocupação (“concern”) ou desconfiança (“suspicion”), mas, sim, uma projeção positiva quanto ao efeito esperado do projeto, qual seja, o aumento da segurança pública.*/

||B|| - Incorreta. No excerto em tela, o verbo que tem “MoJ” como sujeito é “hope”, que se traduz por “esperar”, no sentido de “ter esperança” ou “ter expectativa”. Trata-se, portanto, de um verbo que expressa uma expectativa positiva em relação a um evento futuro, ou seja, a ideia de que algo desejável venha a acontecer. Esse uso não denota medo (“fear”), dúvida (“doubt”), preocupação (“concern”) ou desconfiança (“suspicion”), mas, sim, uma projeção positiva quanto ao efeito esperado do projeto, qual seja, o aumento da segurança pública.*/

||C|| - Incorreta. No excerto em tela, o verbo que tem “MoJ” como sujeito é “hope”, que se traduz por “esperar”, no sentido de “ter esperança” ou “ter expectativa”. Trata-se, portanto, de um verbo que expressa uma expectativa positiva em relação a um evento futuro, ou seja, a ideia de que algo desejável venha a acontecer. Esse uso não denota medo (“fear”), dúvida (“doubt”), preocupação (“concern”) ou desconfiança (“suspicion”), mas, sim, uma projeção positiva quanto ao efeito esperado do projeto, qual seja, o aumento da segurança pública.*/

||D|| - Incorreta. No excerto em tela, o verbo que tem “MoJ” como sujeito é “hope”, que se traduz por “esperar”, no sentido de “ter esperança” ou “ter expectativa”. Trata-se, portanto, de um verbo que expressa uma expectativa positiva em relação a um evento futuro, ou seja, a ideia de que algo desejável venha a acontecer. Esse uso não denota medo (“fear”), dúvida (“doubt”), preocupação (“concern”) ou desconfiança (“suspicion”), mas, sim, uma projeção positiva quanto ao efeito esperado do projeto, qual seja, o aumento da segurança pública.*/

||E|| - Correta. No excerto em tela, o verbo que tem “MoJ” como sujeito é “hope”, que se traduz por “esperar”, no sentido de “ter esperança” ou “ter expectativa”. Trata-se, portanto, de um verbo que expressa uma expectativa positiva em relação a um evento futuro, ou seja, a ideia de que algo desejável venha a acontecer. Esse uso não denota medo (“fear”), dúvida (“doubt”), preocupação (“concern”) ou desconfiança (“suspicion”), mas, sim, uma

projeção positiva quanto ao efeito esperado do projeto, qual seja, o aumento da segurança pública.*/

QUESTÃO 12

Choose the option that presents the two verbs that best express the meaning of ‘profile’, in ‘Building an automated tool to profile people as violent criminals’ (last paragraph of text CG1A7).

- A **detect and judge**
- B **monitor and arrest**
- C **accuse and sentence**
- D **identify and categorize**
- E **consider and prosecute**

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. No excerto em tela, o verbo “profile” é empregado com o sentido de analisar e classificar pessoas com base em determinados dados ou características, a fim de associá-las a um determinado grupo, que, no caso em questão, envolveria pessoas consideradas propensas à prática de crimes violentos. Nesse contexto, “profile” não implica ação penal, prisão ou julgamento, mas sim um processo de identificação e categorização baseada em padrões predefinidos (comportamentais, históricos, estatísticos etc.). Assim, as opções “a” (que pode ser traduzida por *detectar e julgar*), “b” (*monitorar e prender*) e “c” (*acusar e sentenciar*) extrapolam o sentido de “profile”, pois envolvem etapas eventualmente posteriores ou externas ao ato de perfilar. Já a alternativa “e” (*considerar e processar*) simplesmente não define a ação expressa por “profile”.*/

||B|| - Incorreta. No excerto em tela, o verbo “profile” é empregado com o sentido de analisar e classificar pessoas com base em determinados dados ou características, a fim de associá-las a um determinado grupo, que, no caso em questão, envolveria pessoas consideradas propensas à prática de crimes violentos. Nesse contexto, “profile” não implica ação penal, prisão ou julgamento, mas sim um processo de identificação e categorização baseada em padrões predefinidos (comportamentais, históricos, estatísticos etc.). Assim, as opções “a” (que pode ser traduzida por *detectar e julgar*), “b” (*monitorar e prender*) e “c” (*acusar e sentenciar*) extrapolam o sentido de “profile”, pois envolvem etapas eventualmente posteriores ou externas ao ato de perfilar. Já a alternativa “e” (*considerar e processar*) simplesmente não define a ação expressa por “profile”.*/

||C|| - Incorreta. No excerto em tela, o verbo “profile” é empregado com o sentido de analisar e classificar pessoas com base em determinados dados ou características, a fim de associá-las a um determinado grupo, que, no caso em questão, envolveria pessoas consideradas propensas à prática de crimes violentos. Nesse contexto, “profile” não implica ação penal, prisão ou julgamento, mas sim um processo de identificação e categorização baseada em padrões predefinidos (comportamentais, históricos, estatísticos etc.). Assim, as opções “a” (que pode ser traduzida por *detectar e julgar*), “b” (*monitorar e prender*) e “c” (*acusar e sentenciar*) extrapolam o sentido de “profile”, pois envolvem etapas eventualmente posteriores ou externas ao ato de perfilar. Já a alternativa “e” (*considerar e processar*) simplesmente não define a ação expressa por “profile”.*/

||D|| - Correta. No excerto em tela, o verbo “profile” é empregado com o sentido de analisar e classificar pessoas com base em determinados dados ou características, a fim de associá-las a um determinado grupo, que, no caso em questão, envolveria pessoas consideradas propensas à prática de crimes violentos. Nesse contexto, “profile” não implica ação penal, prisão ou julgamento, mas sim um processo de identificação e categorização baseada em

padrões predefinidos (comportamentais, históricos, estatísticos etc.). Assim, as opções “a” (que pode ser traduzida por *detectar e julgar*), “b” (*monitorar e prender*) e “c” (*acusar e sentenciar*) extrapolam o sentido de “profile”, pois envolvem etapas eventualmente posteriores ou externas ao ato de perfilar. Já a alternativa “e” (*considerar e processar*) simplesmente não define a ação expressa por “profile”.*/

||E|| - Incorreta. No excerto em tela, o verbo “profile” é empregado com o sentido de analisar e classificar pessoas com base em determinados dados ou características, a fim de associá-las a um determinado grupo, que, no caso em questão, envolveria pessoas consideradas propensas à prática de crimes violentos. Nesse contexto, “profile” não implica ação penal, prisão ou julgamento, mas sim um processo de identificação e categorização baseada em padrões predefinidos (comportamentais, históricos, estatísticos etc.). Assim, as opções “a” (que pode ser traduzida por *detectar e julgar*), “b” (*monitorar e prender*) e “c” (*acusar e sentenciar*) extrapolam o sentido de “profile”, pois envolvem etapas eventualmente posteriores ou externas ao ato de perfilar. Já a alternativa “e” (*considerar e processar*) simplesmente não define a ação expressa por “profile”.*/

QUESTÃO 13

Com base na Lei n.º 7.289/1984, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da PMDF, julgue os itens a seguir.

- I O compromisso de honra do aspirante a oficial PM é prestado na solenidade de declaração de aspirante a oficial, conforme o cerimonial previsto no regulamento do estabelecimento de ensino.
- II A gravidade da violação dos preceitos da ética policial-militar independe do grau hierárquico de quem a cometer.
- III A subordinação não afeta, de modo algum, a dignidade pessoal do policial militar e decorre, exclusivamente, da estrutura hierarquizada da polícia militar.
- IV Aos policiais militares do DF é proibido realizar manifestações coletivas de caráter reivindicatório ou político, bem como relativas a atos de superiores.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O item II está errado. A violação dos preceitos da ética policial-militar é tão mais grave quanto mais elevado for o grau hierárquico de quem a cometer (Lei n.º 7.289/1984, art. 42, § 1.º).*/

||B|| - Incorreta. O item IV também está certo. São proibidas quaisquer manifestações coletivas, tanto sobre atos de superiores quanto as de caráter reivindicatório ou político (Lei n.º 7.289/1984, art. 45).*/

||C|| - Incorreta. O item II está errado. A violação dos preceitos da ética policial-militar é tão mais grave quanto mais elevado for o grau hierárquico de quem a cometer (Lei n.º 7.289/1984, art. 42, § 1.º).*/

||D|| - Correta. O item I está certo. O compromisso do aspirante a oficial PM é prestado na solenidade de declaração de aspirante a oficial, de acordo com o cerimonial previsto no regulamento do estabelecimento de ensino (Lei n.º 7.289/1984, art. 34, § 1.º). O

item II está errado. A violação dos preceitos da ética policial-militar é tão mais grave quanto mais elevado for o grau hierárquico de quem a cometer (Lei n.º 7.289/1984, art. 42, § 1.º). O item III está certo. A subordinação não afeta, de modo algum, a dignidade pessoal do policial militar e decorre, exclusivamente, da estrutura hierarquizada da polícia militar (Lei n.º 7.289/1984, art. 36). O item IV está certo. São proibidas quaisquer manifestações coletivas, tanto sobre atos de superiores quanto as de caráter reivindicatório ou político (Lei n.º 7.289/1984, art. 45).*/

||E|| - Incorreta. O item II está errado. A violação dos preceitos da ética policial-militar é tão mais grave quanto mais elevado for o grau hierárquico de quem a cometer (Lei n.º 7.289/1984, art. 42, §1º).*/

QUESTÃO 14

À luz da Lei n.º 12.086/2009, assinale a opção correta.

- Ⓐ No âmbito da PMDF, as promoções ocorrem pelos seguintes critérios: antiguidade, merecimento, ato de bravura e *post mortem*.
- Ⓑ As atividades desenvolvidas pelos integrantes dos quadros da PMDF serão especificadas em ato do comandante-geral.
- Ⓒ A distribuição do pessoal ativo da PMDF no quadro de organização da corporação, respeitados os quantitativos legalmente estabelecidos, será feita em ato do governador do DF.
- Ⓓ O aspirante a oficial será promovido ao posto de segundo-tenente após o cumprimento dos requisitos na graduação, na primeira data de promoção, desde que haja vaga.
- Ⓔ A progressão funcional do policial militar do DF continua após sua transferência para a inatividade, desde que sejam observados os interstícios de cada grau hierárquico e cumpridas as demais exigências estabelecidas para a promoção.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. No âmbito da PMDF, as promoções ocorrem pelos seguintes critérios: antiguidade, merecimento, ato de bravura e *post mortem* (Lei n.º 12.086/2009, art. 6.º).

*/

||B|| - Incorreta. As atividades desenvolvidas pelos integrantes dos quadros da PMDF serão especificadas em ato do governador do DF (Lei n.º 12.086/2009, art. 4.º).*/

||C|| - Incorreta. A distribuição do pessoal ativo PMDF no quadro de organização da corporação, respeitados os quantitativos estabelecidos nesta Lei, será feita em ato do comandante-geral (Lei n.º 12.086/2009, art. 3.º).*/

||D|| - Incorreta. O aspirante a oficial será promovido ao posto de segundo-tenente após o cumprimento dos requisitos na graduação, na primeira data de promoção, independentemente da existência de vagas (Lei n.º 12.086/2009, art. 35, parágrafo único).*/

||E|| - Incorreta. A progressão funcional do policial militar do Distrito Federal cessa com a sua transferência para a inatividade (Lei n.º 12.086/2009, art. 51).*/

QUESTÃO 15

Segundo o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200), aprovado pelo Decreto n.º 88.777/1983, considera-se agregação a

- Ⓐ situação em que se encontra o policial militar a serviço de órgão ou autoridade a que não esteja diretamente subordinado.
- Ⓑ situação na qual o policial militar da ativa deixa de ocupar vaga na escala hierárquica de seu quadro, nela permanecendo sem número.
- Ⓒ ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas e das forças auxiliares.
- Ⓓ capacidade de uma organização policial-militar cumprir as missões a que se destina.
- Ⓔ primazia para efeito de continência e sinais de respeito.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Denomina-se “à disposição” a situação em que se encontra o policial militar a serviço de órgão ou autoridade a que não esteja diretamente subordinado (Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200), art. 2.º, item 1).*/

||B|| - Correta. Agregação é a situação na qual o policial militar da ativa deixa de ocupar vaga na escala hierárquica do seu quadro, nela permanecendo sem número (Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200), art. 2.º, item 3).*/

||C|| - Incorreta. Hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas e Forças Auxiliares (Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200), art. 2.º, item 15).*/

||D|| - Incorreta. Operacionalidade é a capacidade de uma organização policial-militar para cumprir as missões a que se destina (Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200), art. 2.º, item 22).*/

||E|| - Incorreta. Precedência é a primazia para efeito de continência e sinais de respeito (Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200), art. 2.º, item 30).*/

QUESTÃO 16

No que diz respeito à organização básica da PMDF, julgue os itens a seguir, de acordo com o Decreto n.º 10.443/2020.

- I Compete ao Comando-Geral o planejamento das atividades, com vistas à organização da PMDF, ao atendimento das necessidades de pessoal e material e ao emprego para o cumprimento das missões.
- II O Alto-Comando é um órgão colegiado consultivo e de assessoramento permanente ao comandante-geral da PMDF.
- III O Estado-Maior é órgão de assessoramento do comandante-geral da PMDF e é responsável pelo planejamento estratégico da corporação.
- IV A Academia de Polícia Militar de Brasília está subordinada ao Departamento de Educação e Cultura da PMDF.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e IV estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I, II e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Os itens II e III também estão certos, conforme o Decreto n.º 10.443/2020, arts. 9.º e 11.º.*/

||B|| - Incorreta. Os itens I e IV também estão certos, conforme o Decreto n.º 10.443/2020, art. 4.º, II, e art. 17, III, a.*/

||C|| - Incorreta. O item IV também está certo, conforme o Decreto n.º 10.443/2020, art. 17, III, a.*/

||D|| - Incorreta. O item II também está certo, conforme o Decreto n.º 10.443/2020, art. 9.º.* /

||E|| - Correta. O item I está certo. Ao Comando-Geral compete o planejamento das atividades, com vistas à organização da PMDF, às necessidades de pessoal e material e ao emprego para o cumprimento das missões (Decreto n.º 10.443/2020, art. 4.º, II). O item II está certo. O Comandante-Geral da PMDF será assistido pelo Alto-Comando, órgão colegiado consultivo e de assessoramento permanente (Decreto n.º 10.443/2020, art. 9.º). O item III está certo. O Estado-Maior é órgão de assessoramento do Comandante-Geral da PMDF, responsável pelo planejamento estratégico e centro do sistema de planejamento, programação e orçamento (Decreto n.º 10.443/2020, art. 11). O item IV está certo. A Academia de Polícia Militar de Brasília está subordinada ao Departamento de Educação e Cultura (Decreto n.º 10.443/2020, art. 17, III, a).*/

QUESTÃO 17

De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, os objetivos da política de segurança pública

- I incluem a prevenção das infrações penais mediante policiamento ostensivo e procedimentos investigatórios.
- II não incluem a apuração das infrações penais por intermédio de procedimentos investigatórios de polícia judiciária.
- III não incluem o exercício da atividade de defesa civil, prevenção e combate a incêndios, alagamentos, enchentes e outros desastres.
- IV incluem a guarda dos prédios públicos do DF.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e IV estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens III e IV estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I, II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O item II é errado porque corresponde, sim, a objetivo da política de segurança pública conforme a LODF (art. 117-A, § 1.º, inciso II).*/

||B|| - Correta. Todos os itens descrevem objetivos da política de segurança pública, nos termos dos incisos do § 1.º do art. 117-A da LODF. Os itens II e III estão errados por negá-los.* /

||C|| - Incorreta. O item III é errado porque corresponde, sim, a objetivo da política de segurança pública conforme a LODF (art. 117-A, § 1.º, inciso III).*/

||D|| - Incorreta. Os itens II e III são errados porque correspondem, sim, a objetivos da política de segurança pública conforme a LODF (art. 117-A, § 1.º, incisos II e III).*/

||E|| - Incorreta. Os itens II e III são errados porque correspondem, sim, a objetivos da política de segurança pública conforme a LODF (art. 117-A, § 1.º, incisos II e III).*/

QUESTÃO 18

Com base nas disposições da Lei n.º 14.751/2023, que institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, assinale a opção correta.

- Ⓐ O efetivo da PMDF é fixado em lei distrital, considerando-se a extensão da área territorial, a população, os índices de criminalidade, o índice de desenvolvimento humano e as condições socioeconômicas do DF, entre outros, conforme as peculiaridades locais.
- Ⓑ Na estrutura básica hierárquica das polícias militares, gerais e cadetes são considerados oficiais superiores e oficiais subalternos, respectivamente.

- Ⓒ Em regra, os militares do DF têm a prerrogativa inerente ao exercício do cargo de serem presos somente por ordem escrita da autoridade judiciária competente ou em flagrante delito.
- Ⓓ O comandante-geral da PMDF será nomeado por ato do presidente da República entre os oficiais da ativa do último posto do Quadro de Oficiais de Estado-Maior (QOEM).
- Ⓔ Compete às polícias militares executar, prioritariamente, ressalvadas as competências da União e dos municípios, as ações de busca, salvamento e resgate e, privativamente, as ações de prevenção, combate e perícia administrativa de incêndios e de polícia judiciária militar.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Os efetivos da polícia militar e do corpo de bombeiro militar do DF e dos territórios, integrados pelos membros militares das instituições, nos termos do art. 42 da Constituição Federal de 1988, são fixados em lei federal, considerados a extensão da área territorial, a população, os índices de criminalidade, os riscos potenciais de desastres, o índice de desenvolvimento humano e as condições socioeconômicas da unidade federada ou dos territórios, entre outros, conforme as peculiaridades locais (Lei n.º 14.751/2023, art. 11).*/

||B|| - Incorreta. Na estrutura básica hierárquica das polícias militares, coronel, tenente-coronel e major são considerados oficiais superiores. Frisa-se que não há generais. Ademais, cadetes são considerados praças especiais (Lei n.º 14.751/2023, art. 12).*/

||C|| - Correta. Salvo as prisões disciplinares militares, os militares dos estados, do DF e dos territórios têm a prerrogativa inerente ao exercício do cargo de serem presos somente por ordem escrita da autoridade judiciária competente ou em flagrante delito, caso em que a autoridade respectiva fará imediata comunicação ao chefe do órgão de direção superior da respectiva instituição militar (Lei n.º 14.751/2023, art. 18, parágrafo único).*/

||D|| - Incorreta. Os comandantes-gerais das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares dos estados, do DF e dos territórios serão nomeados por ato do governador entre os oficiais da ativa do último posto do Quadro de Oficiais de Estado-Maior e serão responsáveis, no âmbito da administração direta, perante os governadores das respectivas unidades federativas e territórios, pela administração e emprego da instituição (Lei n.º 14.751/2023, art. 29).*/

||E|| - Incorreta. Compete aos corpos de bombeiros militares dos estados, do DF e dos territórios, nos termos de suas atribuições constitucionais e legais, entre outras, executar, prioritariamente, ressalvada as competências da União e dos municípios, as ações de busca, salvamento e resgate e, privativamente, as ações de prevenção, combate e perícia administrativa de incêndios e de polícia judiciária militar (Lei n.º 14.751/2023, art. 6.º, II).*/

QUESTÃO 19

No que se refere à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), julgue os itens a seguir.

- I A RIDE é composta exclusivamente pelo DF e por municípios do estado de Goiás.
- II São considerados de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao DF e aos municípios que a integram, ressalvados aqueles relacionados às áreas de infraestrutura e de geração de empregos.
- III Município eventualmente criado a partir do desmembramento de território de município que compõe a RIDE passará a compor, automaticamente, a referida região integrada.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item I está certo.
- Ⓒ Apenas o item II está certo.
- Ⓓ Apenas o item III está certo.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O item III está certo, pois os municípios que vierem a ser constituídos a partir de desmembramento de território de município que integra a RIDE, conforme art. 1.º, § 1.º, da LC n.º 94/1998, passarão a compor, automaticamente, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Lei Complementar n.º 94/1998, art. 1.º, § 2.º).*/

||B|| - Incorreta. O item I está errado, pois a RIDE é composta pelo DF, por municípios de Goiás e por municípios de Minas Gerais (Lei Complementar n.º 94/1998, art. 1.º, § 1.º).*/

||C|| - Incorreta. O item II está errado, pois são considerados de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao DF e aos municípios que a integram, especialmente aqueles relacionados às áreas de infraestrutura e de geração de empregos (Lei Complementar n.º 94/1998, art. 3.º).*/

||D|| - Correta. O item I está errado, pois a RIDE é composta pelo DF, por municípios de Goiás e por municípios de Minas Gerais (Lei Complementar n.º 94/1998, art. 1.º, § 1.º). O item II está errado, pois são considerados de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao DF e aos municípios que a integram, especialmente aqueles relacionados às áreas de infraestrutura e de geração de empregos (Lei Complementar n.º 94/1998, art. 3.º). O item III está certo, pois os municípios que vierem a ser constituídos a partir de desmembramento de território de município que integra a RIDE, conforme art. 1.º, § 1.º, da LC n.º 94/1998, passarão a compor, automaticamente, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Lei Complementar n.º 94/1998, art. 1.º, § 2.º).*/

||E|| - Incorreta. Os itens I e II estão errados, nos termos da Lei Complementar n.º 94/1998, art. 1.º, § 1.º, e art. 3.º.*/

QUESTÃO 20

No que diz respeito à realidade histórico-geográfica e política do DF, assinale a opção correta.

- Ⓐ O DF elege somente quatro deputados federais e três senadores para o Congresso Nacional.
- Ⓑ O DF divide-se em municípios, que também são chamados de regiões administrativas.
- Ⓒ As competências legislativas do DF são idênticas somente às reservadas aos estados.
- Ⓓ O Plano Piloto da cidade de Brasília foi selecionado por meio de um concurso vencido pelo arquiteto Oscar Niemeyer.
- Ⓔ Em 1990, de forma inédita, os eleitores do DF escolheram pelo voto direto o seu governador e os primeiros deputados distritais.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 45, § 1.º, e art. 46, § 1.º, o DF elege oito deputados federais e três senadores para o Congresso Nacional.*/

||B|| - Incorreta. De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 32, é vedada a divisão do DF em municípios.*/

||C|| - Incorreta. De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 32, § 1.º, ao DF são atribuídas as competências legislativas reservadas aos estados e municípios.*/

||D|| - Incorreta. O Plano Piloto da cidade de Brasília foi selecionado por meio de um concurso vencido pelo arquiteto e urbanista Lúcio Costa. Com o projeto urbanístico aprovado, o arquiteto Oscar Niemeyer foi escolhido como o responsável pela construção dos monumentos.*/

||E|| - Correta. Em 1990, de forma inédita, os eleitores do DF escolheram pelo voto direto o seu governador e os primeiros vinte e quatro deputados distritais. Em 1.º de janeiro de 1991, a Câmara Legislativa foi instalada no DF. Após 30 anos de espera pela autonomia política do DF, os 24 deputados distritais, eleitos pelo voto popular pela primeira vez, tomaram posse.*/

QUESTÃO 21

Julgue os seguintes itens, relativos à realidade social, histórica, geográfica e cultural do DF.

- I Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre as 27 unidades federativas, o DF é a que possui a menor área territorial e a menor população.
- II O DF está integralmente inserido no bioma Cerrado.
- III O patrimônio cultural do DF é composto por bens materiais e imateriais.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O item I está errado. De fato, o DF é a unidade federativa que possui menor área territorial. Entretanto, segundo os dados mais atuais do IBGE, Roraima é a unidade federativa menos populosa do país.*/

||B|| - Incorreta. O item também III está certo. O patrimônio cultural do Distrito Federal é composto por bens materiais (monumentos, edifícios ou sítios em razão de seus valores histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico) e bens imateriais (saberes, celebrações, formas de expressão e lugares vinculados às práticas simbólicas, ritualísticas, artísticas, étnicas ou produtivas).*/

||C|| - Incorreta. O item I está errado. De fato, o DF é a unidade federativa que possui menor área territorial. Entretanto, segundo os dados mais atuais do IBGE, Roraima é a unidade federativa menos populosa do país.*/

||D|| - Correta. O item I está errado. De fato, o DF é a unidade federativa que possui menor área territorial. Entretanto, segundo os dados mais atuais do IBGE, Roraima é a unidade federativa menos populosa do país. O item II está certo. O DF está totalmente

inserido no bioma cerrado. O item III está certo. O patrimônio cultural do DF é composto por bens materiais (monumentos, edifícios ou sítios em razão de seus valores histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico) e bens imateriais (saberes, celebrações, formas de expressão e lugares vinculados às práticas simbólicas, ritualísticas, artísticas, étnicas ou produtivas).*/

||E|| - Incorreta. O item I está errado. De fato, o DF é a unidade federativa que possui menor área territorial. Entretanto, segundo os dados mais atuais do IBGE, Roraima é a unidade federativa menos populosa do país.*/

QUESTÃO 22

De acordo com o II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (II-PDPM), julgue os seguintes itens.

- I O II-PDPM consiste em um conjunto de propostas de políticas públicas elaboradas privativamente por órgãos governamentais para garantir a igualdade das mulheres e combater a discriminação de gênero.
- II As ações e metas previstas pelo II-PDPM estão distribuídas em três eixos temáticos.
- III Reduzir a taxa de desemprego de mulheres no DF e contribuir para a igualdade salarial entre homens e mulheres são, respectivamente, uma meta e um objetivo do mesmo eixo temático do II-PDPM.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O item II está errado. O II-PDPM contempla ações e metas distribuídas em nove eixos temáticos.*/

||B|| - Correta. O item I está errado. O II-PDPM consiste em conjunto de propostas de políticas públicas elaboradas por órgãos governamentais, não governamentais e sociedade civil para garantir a igualdade das mulheres e combater a discriminação de gênero. O item II está errado. O II-PDPM contempla ações e metas distribuídas em nove eixos temáticos. O item III está certo. Reduzir a taxa de desemprego de mulheres no DF e contribuir para a igualdade salarial entre homens e mulheres são, respectivamente, meta e objetivo específico do Eixo 1 – Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica.*/

||C|| - Incorreta. O item I está errado. O II-PDPM consiste em conjunto de propostas de políticas públicas elaboradas por órgãos governamentais, não governamentais e sociedade civil para garantir a igualdade das mulheres e combater a discriminação de gênero. O item II está errado. O II-PDPM contempla ações e metas distribuídas em nove eixos temáticos.*/

||D|| - Incorreta. O item I está errado. O II-PDPM consiste em conjunto de propostas de políticas públicas elaboradas por órgãos governamentais, não governamentais e sociedade civil para garantir a igualdade das mulheres e combater a discriminação de gênero.*/

||E|| - Incorreta. Apenas o item III está certo.*/

QUESTÃO 23

Ainda no que concerne ao II-PDPM, assinale a opção correta.

- Ⓐ No âmbito do II-PDPM, o único eixo que considera expressamente aspectos como raça, etnia, orientação sexual e identidade de gênero das mulheres é o eixo relativo ao enfrentamento de racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia.
- Ⓑ Ampliar o acesso e o número de vagas para matrículas de mulheres e seus filhos desde a educação básica até a formação profissionalizante e superior é uma meta inserida no eixo relativo à igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica.
- Ⓒ No II-PDPM, reduzir a incidência de gravidez na adolescência e aumentar o número de mulheres assistidas pela saúde prisional são metas previstas no eixo relativo ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres.
- Ⓓ Aumentar o número de mulheres em cargos de decisão no âmbito do governo do DF e promover a participação das mulheres no planejamento urbano das cidades são, respectivamente, um objetivo específico e uma meta do II-PDPM.
- Ⓔ A promoção da igualdade de direitos e de oportunidades para mulheres jovens, mulheres idosas e mulheres com deficiência é objetivo geral de um dos eixos do II-PDPM.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Esses aspectos interseccionais são considerados em vários outros eixos, sendo, inclusive, expressamente mencionados. Por exemplo, no eixo relativo à saúde reprodutiva e direitos sexuais (Eixo 3), um dos objetivos específicos é “Promover os direitos sexuais e os direitos reprodutivos de todas as mulheres, com a implantação de iniciativas afirmativas e inovadoras, considerando-se as suas características geracionais, de raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, local de moradia, trabalho, deficiência e situação de privação de liberdade”.*/

||B|| - Incorreta. Trata-se de meta associada ao Eixo 2 – Educação para a Igualdade. O eixo a que a opção se refere é o Eixo 1 – Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica.*/

||C|| - Incorreta. Trata-se de metas previstas no Eixo 3 – Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos.*/

||D|| - Incorreta. Aumentar o número de mulheres em cargos de decisão no âmbito do governo do DF e promover a participação das mulheres no planejamento urbano das cidades são, respectivamente, meta e objetivo específico do Eixo 5 – Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão.*/

||E|| - Correta. A promoção da igualdade de direitos e de oportunidades para mulheres jovens, mulheres idosas e mulheres com deficiência é objetivo geral do Eixo 9 – Igualdade para as Mulheres Jovens, Mulheres Idosas e Mulheres com Deficiência.*/

QUESTÃO 24

Conforme estabelecido no II-PDPM, uma das metas do Eixo 4, que diz respeito ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres, é

- Ⓐ aumentar o número de serviços de abrigo (casas abrigo, abrigo provisório).
- Ⓑ reduzir a taxa de desemprego de mulheres no DF.

C ampliar o número de escolas contempladas com ações do programa Maria da Penha Vai à Escola.

D aumentar o número de mulheres assistidas pela saúde prisional.

E implantar a agenda das mulheres rurais no DF.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. Aumentar o número de serviços de abrigamento (casas abrigo, abrigamento provisório) é uma das metas do Eixo 4 – Enfrentamento de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres.*/
 ||B|| - Incorreta. Reduzir a taxa de desemprego de mulheres no DF é uma das metas do Eixo 1 – Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica.*/
 ||C|| - Incorreta. Ampliar o número de escolas contempladas com ações do programa “Maria da Penha Vai à Escola” é uma das metas do Eixo 2 – Educação para Igualdade.*/
 ||D|| - Incorreta. Aumentar o número de mulheres assistidas pela saúde prisional é uma das metas do Eixo 3 – Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos.*/
 ||E|| - Incorreta. Implantar a agenda das mulheres rurais no DF é uma das metas do Eixo 6 – Igualdade para as Mulheres Rurais.*/
QUESTÃO 25
 Assinale a opção correta no que se refere aos direitos humanos, de acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e o entendimento do STF.
 A prevalência dos direitos humanos faz parte dos princípios que regem as relações internacionais brasileiras.
 Os tratados e convenções sobre direitos humanos serão incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, sem a necessidade de expedição do decreto de promulgação.
 Os tratados e convenções sobre direitos humanos são automaticamente equiparados às emendas constitucionais, visto que são direitos fundamentais e independem de qualquer rito especial de equiparação.
 A dignidade da pessoa humana inclui-se entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
 Somente as normas garantidoras dos direitos individuais têm aplicação imediata.
 ||JUSTIFICATIVAS||
 ||A|| - Correta, de acordo com a previsão do artigo 4.º, inciso II, da Constituição Federal de 1988, a seguir transcrito.
 Art. 4.º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: (...) II – prevalência dos direitos humanos; (...).*/
 ||B|| - Incorreta. A formação da vontade do Brasil em celebrar tratado internacional deve obedecer às quatro fases de formação (assinatura, decreto legislativo, ratificação e decreto de promulgação). Segundo entendimento do STF, há necessidade de promulgação na ordem interna para que o tratado seja considerado válido, o que é realizado por meio de decreto do presidente da República.*/
 ||C|| - Incorreta. De acordo com os §§ 2.º e 3.º do art. 5.º da Constituição Federal de 1988, há necessidade de incorporação dos tratados sobre direitos humanos via ritos específicos.
 Art. 5.º (...) § 2.º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
 § 3.º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso

Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.*/
 ||D|| - Incorreta. De acordo com o artigo 1.º da Constituição Federal de 1988, a dignidade da pessoa humana constitui um fundamento da República Federativa do Brasil, e não um objetivo.
 Art. 1.º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III - a dignidade da pessoa humana;*/
 ||E|| - Incorreta. Segundo a Constituição Federal de 1988 (art. 5.º, § 1.º), “As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”, dispositivo que representa um avanço em matéria de direitos humanos, pois abrange os direitos fundamentais.*/
QUESTÃO 26
 Como parte da Política Nacional dos Direitos Humanos, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) prevê a modernização do marco normativo do sistema de segurança pública mediante ações programáticas que incluem
 A revisar a estrutura dos órgãos de segurança pública para garantir que seus órgãos corretores se subordinem à direção das instituições policiais.
 B facultar a criação de ouvidorias de polícias independentes nos estados e no DF, com ouvidores protegidos por mandato e escolhidos pelo secretário de segurança local.
 C definir o ciclo completo da atividade policial, com competências comuns a todas as polícias, independentemente da natureza e da gravidade dos delitos.
 D propor alteração do texto constitucional para considerar as polícias militares não mais como forças auxiliares do Exército, mas apenas como força reserva.
 E instituir seguro para quaisquer casos de acidentes ou morte em serviço para os profissionais do sistema de segurança pública.
 ||JUSTIFICATIVAS||
 ||A|| - Incorreta. PNDH-3, Eixo Orientador IV, Diretriz 11, objetivo estratégico I: modernização do marco normativo do sistema de segurança pública, ações programáticas: “b) Propor a revisão da estrutura, treinamento, controle, emprego e regimentos disciplinares dos órgãos de segurança pública, de forma a potencializar as suas funções de combate ao crime e proteção dos direitos de cidadania, bem como garantir que seus órgãos corretores disponham de carreira própria, sem subordinação à direção das instituições policiais.” (p. 106).*/
 ||B|| - Incorreta. PNDH-3, Eixo Orientador IV, Diretriz 11, objetivo estratégico I: modernização do marco normativo do sistema de segurança pública, ações programáticas: “c) Propor a criação obrigatória de ouvidorias de polícias independentes nos estados e no Distrito Federal, com ouvidores protegidos por mandato e escolhidos com participação da sociedade” (p. 107).*/
 ||C|| - Incorreta. PNDH-3, Eixo Orientador IV, Diretriz 11, objetivo estratégico I: modernização do marco normativo do sistema de segurança pública, ações programáticas: “e) Promover o aprofundamento do debate sobre a instituição do ciclo completo da atividade policial, com competências repartidas pelas polícias, a partir da natureza e da gravidade dos delitos.” (p. 107).*/
 ||D|| - Correta. PNDH-3, Eixo Orientador IV, Diretriz 11, objetivo estratégico I: modernização do marco normativo do sistema de segurança pública, ações programáticas: “a) Propor alteração do texto constitucional, de modo a considerar as polícias militares não mais como forças auxiliares do Exército, mantendo-as apenas como força reserva. Responsável: Ministério da Justiça. Parceiro:

Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República” (p. 106).*/

||E|| - Incorreta. PNDH-3, Eixo Orientador IV, Diretriz 11, objetivo estratégico III: promoção dos direitos humanos dos profissionais do sistema de segurança pública, assegurando sua formação continuada e compatível com as atividades que exercem; ações programáticas: “d) Propor projeto de lei instituindo seguro para casos de acidentes **incapacitantes** ou morte em serviço para os profissionais do sistema de segurança pública” (p. 109).*/

QUESTÃO 27

Determinado estado da Federação instituiu política voltada à segurança pública, com foco na ampliação do encarceramento e no aumento da repressão policial, em detrimento da capacidade de inteligência, de medidas alternativas e de políticas de prevenção.

Nessa situação hipotética, a política pública de segurança instituída é

- Ⓐ compatível com o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que prioriza a repressão penal como estratégia central de combate à violência.
- Ⓑ parcialmente compatível com o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), pois apenas a ampliação do sistema prisional é uma diretriz prioritária do PNDH-3.
- Ⓒ incompatível com o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que prioriza a prevenção da violência e medidas alternativas à privação de liberdade.
- Ⓓ compatível com o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), desde que garantida a participação social efetiva no sistema prisional.
- Ⓔ incompatível com o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) apenas se comprovada a ocorrência de violações de direitos humanos dentro do sistema prisional do estado.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. 5 Política Nacional de Direitos Humanos; políticas de segurança pública voltadas para grupos vulneráveis. O Eixo IV do PNDH-3 (Decreto n.º 7.037/2009), que trata de Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência, não prioriza repressão penal como eixo central. Ao contrário, ele promove o combate à violência enfatizando a prevenção e as medidas alternativas.*/

||B|| - Incorreta. 5 Política Nacional de Direitos Humanos; políticas de segurança pública voltadas para grupos vulneráveis. O Eixo IV do PNDH-3, que trata de Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência, não apresenta como diretriz prioritária a ampliação do sistema prisional. Ao contrário, o programa propõe a redução da centralidade da prisão.*/

||C|| - Correta. 5 Política Nacional de Direitos Humanos; políticas de segurança pública voltadas para grupos vulneráveis. O Eixo IV do PNDH-3, que trata de Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência, prevê como diretrizes as medidas alternativas à privação de liberdade, a prevenção da violência e a reforma do sistema penal com foco em direitos humanos.*/

||D|| - Incorreta. 5 Política Nacional de Direitos Humanos; políticas de segurança pública voltadas para grupos vulneráveis. O Eixo IV do PNDH-3, que trata de Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência, prevê como diretriz a participação social, mas somente esse fato não legitima uma política pública de segurança centrada no encarceramento.*/

||E|| - Incorreta. 5 Política Nacional de Direitos Humanos; políticas de segurança pública voltadas para grupos vulneráveis. O Eixo IV do PNDH-3, que trata de Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência, indica que a incompatibilidade não depende somente de violações internas dentro do sistema prisional; ela se concretiza na própria lógica punitivista presente na política pública

de segurança instituída, contrária à Política Nacional de Direitos Humanos.*/

QUESTÃO 28

Acerca da responsabilidade pelas ações programáticas de fortalecimento dos instrumentos de prevenção à violência conforme o PNDH-3, assinale a opção correta.

- Ⓐ A realização anual de pesquisas nacionais de vitimização e o estímulo à discussão de modelos alternativos de tratamento do uso de drogas competem exclusivamente ao Ministério da Justiça.
- Ⓑ A elaboração de diretrizes para atuação conjunta dos órgãos de trânsito com os de segurança pública para reduzir a violência no trânsito é responsabilidade compartilhada entre o Ministério da Justiça e o Ministério das Cidades.
- Ⓒ O fortalecimento de mecanismos que possibilitem a efetiva fiscalização de empresas de segurança privada é atribuição do Gabinete de Segurança Institucional em conjunto com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- Ⓓ A elaboração de diretrizes de prevenção à violência com recorte de gênero e raça é competência privativa da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.
- Ⓔ A normatização e a fiscalização dos serviços de segurança privada que atuam na área rural são responsabilidade do Ministério da Justiça em conjunto com o Ministério da Saúde.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. 5 Política Nacional de Direitos Humanos; políticas de segurança pública voltadas para grupos vulneráveis. A realização anual de pesquisas nacionais de vitimização é responsabilidade do Ministério da Justiça e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. O estímulo à discussão sobre modelos alternativos de tratamento do uso e tráfico de drogas, considerando o paradigma da redução de danos, é responsabilidade do Ministério da Justiça, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, do Gabinete de Segurança Institucional e do Ministério da Saúde. (Eixo Orientador IV: Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência. Diretriz 13: Prevenção da violência e da criminalidade e profissionalização da investigação de atos criminosos. Objetivo estratégico IV: “b” e “g”).*/

||B|| - Correta. 5 Política Nacional de Direitos Humanos; políticas de segurança pública voltadas para grupos vulneráveis. Eixo Orientador IV: Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência. Diretriz 13: Prevenção da violência e da criminalidade e profissionalização da investigação de atos criminosos. Objetivo estratégico IV: “f”.*/

||C|| - Incorreta. 5 Política Nacional de Direitos Humanos; políticas de segurança pública voltadas para grupos vulneráveis. O fortalecimento de mecanismos que possibilitem a efetiva fiscalização de empresas de segurança privada é responsabilidade do Ministério da Justiça e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. (Eixo Orientador IV: Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência. Diretriz 13: Prevenção da violência e da criminalidade e profissionalização da investigação de atos criminosos. Objetivo estratégico IV: “c”).*/

||D|| - Incorreta. 5 Política Nacional de Direitos Humanos; políticas de segurança pública voltadas para grupos vulneráveis. A elaboração de diretrizes de prevenção à violência com recorte de gênero e raça compete ao Ministério da Justiça, à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Eixo Orientador IV: Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência. Diretriz 13: Prevenção da violência e da criminalidade e

profissionalização da investigação de atos criminosos. Objetivo estratégico IV: “a”).*/

||E|| - Incorreta. 5 Política Nacional de Direitos Humanos; políticas de segurança pública voltadas para grupos vulneráveis. O desenvolvimento de normas de conduta e fiscalização dos serviços de segurança privados que atuam na área rural é responsabilidade somente do Ministério da Justiça (Eixo Orientador IV: Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência. Diretriz 13: Prevenção da violência e da criminalidade e profissionalização da investigação de atos criminosos. Objetivo estratégico IV: “d”).*/

QUESTÃO 29

À luz da afirmação histórica dos direitos humanos, considerando o *Bill of Rights* (1698) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), é correto afirmar que

- Ⓐ ambos os documentos consolidam a ideia de igualdade essencial entre todos os seres humanos.
- Ⓑ a principal diferença entre esses documentos reside na sua forma jurídica, pois, a rigor, sua estrutura é igual.
- Ⓒ a Declaração Universal dos Direitos Humanos mantém a lógica do *Bill of Rights* ao restringir direitos a determinados grupos sociais.
- Ⓓ ambos os documentos apresentam o mesmo fundamento filosófico e alcance normativo.
- Ⓔ o *Bill of Rights* se funda na limitação do poder político em determinado contexto, enquanto a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma direitos inerentes à condição humana.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. 2 Afirmação histórica dos direitos humanos 7 Declaração Universal dos Direitos Humanos. A igualdade essencial entre todos os seres humanos se consolida somente com a DUDH.*/

||B|| - Incorreta. 2 Afirmação histórica dos direitos humanos 7 Declaração Universal dos Direitos Humanos. A diferença entre os documentos é material, de conteúdo e estrutural, além de formal e jurídica.*/

||C|| - Incorreta. 2 Afirmação histórica dos direitos humanos 7 Declaração Universal dos Direitos Humanos. A DUDH rompe com a lógica do *Bill Of Rights* na medida em que declara expressamente a igualdade essencial de todo ser humano em sua dignidade de pessoa, ao passo que, anteriormente, o objetivo era acabar com o regime de monarquia absoluta, o que beneficiaria somente a parte da população ainda privilegiada.*/

||D|| - Incorreta. 2 Afirmação histórica dos direitos humanos 7 Declaração Universal dos Direitos Humanos. Há uma mudança profunda entre um documento e o outro, o que não permite afirmar que possuem o mesmo fundamento filosófico e igual alcance normativo, especialmente porque a DUDH é o resultado de uma evolução profunda no sentido de igualdade, liberdade e fraternidade, indo de uma discussão pontual e histórica do *Bill Of Rights* até a universalização dos direitos e garantias da DUDH.*/

||E|| - Correta. 2 Afirmação histórica dos direitos humanos 7 Declaração Universal dos Direitos Humanos. A DUDH representa a culminância de um processo ético que, iniciado com a Declaração de Independência dos Estados Unidos e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, da Revolução Francesa, levou ao reconhecimento da igualdade essencial de todo ser humano em sua dignidade de pessoa; por sua vez, o *Bill of Rights* pôs fim, pela primeira vez, desde o seu surgimento na Europa renascentista, ao regime de monarquia absoluta, no qual todo poder emana do rei e em seu nome é exercido. Assim, a DUDH afirma direitos inerentes à condição humana, enquanto o *Bill of Rights* se funda na limitação do poder político na época do absolutismo inglês.*/

QUESTÃO 30

Todos os direitos humanos reconhecidos gozam da mesma proteção jurídica, não sendo cabível a proteção de uns em detrimento de outros. Essa ideia sintetiza o atributo dos direitos humanos denominado

- Ⓐ indivisibilidade.
- Ⓑ relatividade.
- Ⓒ efetividade.
- Ⓓ transnacionalidade.
- Ⓔ inalienabilidade.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. 1 Teoria geral dos direitos humanos. 1.1 Conceitos, terminologia, estrutura normativa, fundamentação. A indivisibilidade está ligada ao objetivo maior do sistema internacional de direitos humanos, a promoção e garantia da dignidade humana. Não existe meio-termo: só há vida verdadeiramente digna se todos os direitos previstos no direito internacional dos direitos humanos estiverem sendo respeitados, sejam civis e políticos, sejam econômicos, sociais e culturais. Trata-se de uma característica do conjunto de normas e não de cada direito individualmente considerado.*/

||B|| - Incorreta. 1 Teoria geral dos direitos humanos. 1.1 Conceitos, terminologia, estrutura normativa, fundamentação. O atributo da relatividade diz respeito à possibilidade de os direitos humanos sofrerem limitações, não sendo, portanto, absolutos.*/

||C|| - Incorreta. 1 Teoria geral dos direitos humanos. 1.1 Conceitos, terminologia, estrutura normativa, fundamentação. A efetividade determina que não basta o singelo reconhecimento pelo Estado dos direitos humanos; ele deve empregar medidas efetivas para a sua aplicação.*/

||D|| - Incorreta. 1 Teoria geral dos direitos humanos. 1.1 Conceitos, terminologia, estrutura normativa, fundamentação. A transnacionalidade é a ideia de que os direitos fundamentais da pessoa humana são reconhecidos e protegidos por todos os Estados, embora existam variações quanto à enumeração desses direitos, bem como quanto à forma de protegê-los. Esses direitos não dependem da nacionalidade ou cidadania, sendo assegurados a qualquer pessoa.*/

||E|| - Incorreta. 1 Teoria geral dos direitos humanos. 1.1 Conceitos, terminologia, estrutura normativa, fundamentação. Os direitos humanos não podem ser alienados, transferidos, ainda que com anuência de seu titular, e qualquer manifestação de vontade nesse sentido é nula de pleno direito.*/

QUESTÃO 31

A criminologia

- Ⓐ é uma ciência jurídica e autônoma que estabelece as punições adequadas para os crimes.
- Ⓑ adota o método empírico para a apreciação do fato delituoso, de modo que sua análise parte da regra jurídica para o fato.
- Ⓒ é uma ciência empírica e interdisciplinar que estuda o fenômeno criminal em sua complexidade.
- Ⓓ estuda o delito e o comportamento desviante do delinquente, não comportando análise sobre a vítima do delito.
- Ⓔ tem autonomia científica, por isso não se relaciona com as outras áreas do conhecimento.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A criminologia é uma ciência empírica, não uma ciência jurídica ou normativa (característica relacionada ao direito penal).*/

||B|| - Incorreta. A criminologia adota o empirismo e a interdisciplinaridade como métodos. Com o advento da fase científica da criminologia, passou-se a utilizar o método empírico ou experimental e indutivo, cunhado pela escola positiva, para

estudar seu objeto, partindo-se da análise dos fatos, da realidade, da prática, do mundo do ser para a regra, com base no método biológico e sociológico. Já o direito, ciência cultural, contrariamente, vale-se do método dedutivo, partindo da regra jurídica para o fato.*/

||C|| - Correta. A criminologia é uma ciência empírica (baseada na observação da realidade) e interdisciplinar, integrando conceitos e conteúdo de outras áreas (psicologia, psiquiatria, sociologia, entre outras).*/

||D|| - Incorreta. A vítima e o controle social também integram os objetos de estudo da criminologia.*/

||E|| - Incorreta. A interdisciplinaridade é característica intrínseca da criminologia, sendo considerada um de seus métodos.*/

QUESTÃO 32

Assinale a opção correta no que se refere à criminologia e à política criminal.

- Ⓐ A criminologia não possui função prática na formulação de políticas públicas, papel característico da política criminal.
- Ⓑ A criminologia é uma ciência que fixa as penas a serem aplicadas pelo Poder Judiciário e orienta a política criminal na prevenção especial dos crimes.
- Ⓒ A política criminal ignora os dados empíricos fornecidos pela criminologia, pois se baseia tão somente no direito penal.
- Ⓓ A criminologia subsidia a política criminal, fornecendo dados científicos sobre o fenômeno da criminalidade.
- Ⓔ A criminologia atua exclusivamente na repressão estatal de crimes mais graves, enquanto a política criminal atua na prevenção dos crimes socialmente relevantes.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A criminologia tem função prática, especialmente na formulação de políticas públicas.*/

||B|| - Incorreta. Não é função da criminologia cominar pena aos delitos, função esta incumbida ao direito penal.*/

||C|| - Incorreta. A política criminal contemporânea busca embasamento científico.*/

||D|| - Correta. A criminologia oferece informações empíricas e críticas que subsidiam políticas criminais mais eficazes e humanas.*/

||E|| - Incorreta. A criminologia atua na prevenção e análise de todos os tipos de delitos, não só dos mais graves.*/

QUESTÃO 33

A criminologia ambiental tem como foco principal

- Ⓐ a compreensão de como o ambiente físico pode influenciar a ocorrência de delitos e a prevenção situacional do crime.
- Ⓑ a análise dos impactos das leis ambientais sobre o comportamento delituoso.
- Ⓒ o estudo da relação existente entre desastres naturais e aumento da criminalidade.
- Ⓓ a propositura de sanções administrativas mais eficazes contra os agentes de crimes ambientais.
- Ⓔ o desenvolvimento de políticas penais mais rígidas para a proteção do meio ambiente.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. A criminologia ambiental analisa como o ambiente físico (iluminação, visibilidade, barreiras, *design* urbano) influencia a ocorrência de crimes e como a arquitetura urbana pode prevenir delitos.*/

||B|| - Incorreta. A análise dos impactos das leis ambientais sobre o comportamento delituoso não é objeto da criminologia ambiental, mas do direito ambiental.*/

||C|| - Incorreta. O estudo da relação existente entre desastres naturais e aumento da criminalidade não consiste no foco primordial da criminologia ambiental.*/

||D|| - Incorreta. A propositura de sanções administrativas mais eficazes contra os agentes de crimes ambientais é atribuição afeta à gestão pública e ao direito administrativo.*/

||E|| - Incorreta. Políticas penais rígidas não são o foco da criminologia ambiental.*/

QUESTÃO 34

Acerca dos modelos de prevenção criminal no Estado democrático de direito, assinale a opção correta.

- Ⓐ A prevenção secundária destina-se à população, visando ao controle social e formal e ao combate ao crime por meio da implementação de políticas públicas educacionais.
- Ⓑ A prevenção terciária, implementada por meio de medidas punitivas e ressocializadoras, é voltada ao recluso e visa evitar a sua reincidência criminal por meio de medidas de reintegração social.
- Ⓒ A prevenção primária atua diretamente sobre o apenado para modificar o seu comportamento, constituindo prevenção realizada de curto a médio prazo e com baixo custo.
- Ⓓ A prevenção primária consiste na atuação repressiva das polícias ao fato criminoso mediante a implementação de mecanismos de neutralização do agente do crime.
- Ⓔ A prevenção terciária visa à identificação de grupos criminosos antes da prática delitiva e à implementação efetiva de medidas que evitem o conflito.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A prevenção primária, e não a secundária, tem como destinatária a população e efetiva-se pelo controle social e formal e pela concretização de políticas sociais, econômicas e culturais.*/

||B|| - Correta. A prevenção terciária tem como foco evitar a reincidência. É implementada por meio das medidas de punição e ressocialização do processo de execução penal.*/

||C|| - Incorreta. A prevenção primária consiste na adoção de políticas públicas para a prevenção dos delitos e tem como destinatária toda a população, buscando enfrentar a origem da criminalidade.*/

||D|| - Incorreta. A prevenção secundária, e não a primária, é direcionada aos potenciais ou eventuais criminosos, realizando-se de curto a médio prazo, sendo um exemplo a prevenção policial.*/

||E|| - Incorreta. A prevenção secundária, e não a prevenção terciária, é direcionada aos potenciais ou eventuais criminosos.*/

QUESTÃO 35

O modelo de reação ao crime que confere à vítima o papel mais ativo no fenômeno criminal, propugnando procedimentos de mediação, conciliação e reparação do dano, é denominado

- Ⓐ modelo dissuasório, que se baseia na racionalidade do criminoso para dissuadir a prática delitiva.
- Ⓑ modelo ressocializador, cujo objetivo é a reinserção social do infrator por meio da solidariedade social.
- Ⓒ modelo clássico, que coloca o Estado no centro da resposta ao fenômeno criminal junto à vítima.
- Ⓓ modelo ressocializador, que reconhece os efeitos estigmatizantes da pena e privilegia a reparação do dano à vítima.
- Ⓔ modelo integrador, que busca conciliar o conflito, reparar o dano e conferir protagonismo à vítima.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O modelo dissuasório não confere protagonismo à vítima, que, assim como a comunidade, ocupa posição marginal

nesse modelo. A posição central é ocupada, sobretudo, pelo Estado e pelo delinquente.*/

||B|| - Incorreta. O modelo ressocializador centra-se na figura do infrator, não da vítima. Segundo esse modelo, o castigo existiria para o bem do delinquente. Nesse modelo, a dignidade do infrator é exaltada, sendo deixados de lado os interesses da vítima.*/

||C|| - Incorreta. O modelo clássico, também denominado dissuasório ou retributivo, não confere protagonismo à vítima. Ocupam a posição central desse modelo o Estado e o delinquente.*/

||D|| - Incorreta. Embora o reconhecimento dos efeitos estigmatizantes da pena seja, de fato, característica do modelo ressocializador, a reparação do dano à vítima não é seu objetivo. Nesse modelo, a dignidade do infrator é exaltada, sendo deixados de lado os interesses da vítima.*/

||E|| - Correta. O modelo integrador busca conciliar o conflito, reparar o dano e pacificar as relações sociais. Comparado aos modelos dissuasório e ressocializador, o modelo integrador é o que confere à vítima o papel mais ativo na resposta do delito e o que caracteriza mais apropriadamente o pensamento criminológico contemporâneo.*/

QUESTÃO 36

Assinale a opção que indica a teoria criminológica segundo a qual sinais visíveis de desordem e abandono em um ambiente incentivam comportamentos criminosos.

- Ⓐ teoria das janelas quebradas
- Ⓑ teoria da associação diferencial
- Ⓒ teoria da anomia
- Ⓓ teoria do etiquetamento social
- Ⓔ teoria da escolha racional

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. A teoria das janelas quebradas surgiu nos EUA a partir dos estudos do cientista político James Wilson e do psicólogo criminologista Georg Kelling, com a publicação, em 1982, do trabalho intitulado **Broken Windows. The Police and Neighborhood Safety** na revista **Atlantic Monthly**, estabelecendo uma relação de causalidade entre a criminalidade e a desordem.*/

||B|| - Incorreta. A teoria da associação diferencial sustenta que o comportamento criminoso é aprendido por meio da interação social com pessoas que apresentam atitudes favoráveis à violação da lei. O foco está no processo de aprendizagem interpessoal, e não na influência do ambiente físico ou dos sinais de desordem urbana.*/

||C|| - Incorreta. A teoria da anomia explica o crime como resultado da tensão entre as metas culturalmente valorizadas pela sociedade e a falta de meios legítimos para alcançá-las. Trata-se de uma abordagem estrutural e social, sem relação com a desordem visual do ambiente.*/

||D|| - Incorreta. A teoria do etiquetamento social é uma abordagem que analisa como a rotulação de um indivíduo como criminoso pela sociedade e pelo sistema de justiça contribui para a consolidação de uma carreira desviante. O centro da análise é a reação social sobre o indivíduo, e não a influência do ambiente físico sobre o comportamento.*/

||E|| - Incorreta. A teoria da escolha racional parte do pressuposto de que o criminoso age de forma racional, avaliando custos e benefícios antes de praticar o delito. Não aponta relação entre a situação de visível abandono do ambiente e a conduta punível.*/

QUESTÃO 37

Considere que uma equipe com 9 policiais militares que trabalham 5 dias por semana atenda 645 ocorrências. Se o número total de policiais dessa equipe aumentar para 12 e eles continuarem trabalhando 5 dias por semana, mantida a mesma produtividade por policial, essa nova equipe atenderá

- Ⓐ menos de 790 ocorrências.
- Ⓑ entre 795 e 810 ocorrências.
- Ⓒ entre 815 e 830 ocorrências.
- Ⓓ entre 835 e 850 ocorrências.
- Ⓔ mais de 855 ocorrências.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Se a equipe com 9 policiais atende 645 ocorrências, a equipe com 12 policiais deverá atender um número de ocorrências que é proporcional a 645. Logo, o número de ocorrências por policial deverá ser mantido. Denotando-se por x a quantidade de ocorrências atendidas pela equipe com 12 policiais, $645/9 = x/12$. Portanto, $x = 12 \times 645/9 = 860$. O número de ocorrências atendidas pela equipe com 12 policiais que trabalha 5 dias por semana será igual a 860.*/

||B|| - Incorreta. Se a equipe com 9 policiais atende 645 ocorrências, a equipe com 12 policiais deverá atender um número de ocorrências que é proporcional a 645. Logo, o número de ocorrências por policial deverá ser mantido. Denotando-se por x a quantidade de ocorrências atendidas pela equipe com 12 policiais, $645/9 = x/12$. Portanto, $x = 12 \times 645/9 = 860$. O número de ocorrências atendidas pela equipe com 12 policiais que trabalha 5 dias por semana será igual a 860.*/

||C|| - Incorreta. Se a equipe com 9 policiais atende 645 ocorrências, a equipe com 12 policiais deverá atender um número de ocorrências que é proporcional a 645. Logo, o número de ocorrências por policial deverá ser mantido. Denotando-se por x a quantidade de ocorrências atendidas pela equipe com 12 policiais, $645/9 = x/12$. Portanto, $x = 12 \times 645/9 = 860$. O número de ocorrências atendidas pela equipe com 12 policiais que trabalha 5 dias por semana será igual a 860.*/

||D|| - Incorreta. Se a equipe com 9 policiais atende 645 ocorrências, a equipe com 12 policiais deverá atender um número de ocorrências que é proporcional a 645. Logo, o número de ocorrências por policial deverá ser mantido. Denotando-se por x a quantidade de ocorrências atendidas pela equipe com 12 policiais, $645/9 = x/12$. Portanto, $x = 12 \times 645/9 = 860$. O número de ocorrências atendidas pela equipe com 12 policiais que trabalha 5 dias por semana será igual a 860.*/

||E|| - Correta. Se a equipe com 9 policiais atende 645 ocorrências, a equipe com 12 policiais deverá atender um número de ocorrências que é proporcional a 645. Logo, o número de ocorrências por policial deverá ser mantido. Denotando-se por x a quantidade de ocorrências atendidas pela equipe com 12 policiais, $645/9 = x/12$. Portanto, $x = 12 \times 645/9 = 860$. O número de

ocorrências atendidas pela equipe com 12 policiais que trabalha 5 dias por semana será igual a 860.*/

QUESTÃO 38

	soldado	cabo
homem	180	120
mulher	120	80

A tabela precedente apresenta dados sobre o perfil de 500 policiais militares em início de carreira. Para cada um desses policiais, foi produzida uma ficha funcional, e todas essas fichas foram armazenadas em uma pasta.

Na situação hipotética precedente, a probabilidade de se retirar da referida pasta, de maneira aleatória, uma ficha relativa a uma mulher com a patente de cabo é

- A igual ou superior a 0,31.
- B igual ou superior a 0,24 e inferior a 0,30.
- C igual ou superior a 0,18 e inferior a 0,23.
- D igual ou superior a 0,11 e inferior a 0,17.
- E inferior a 0,10.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - Incorreta. A probabilidade de uma ficha retirada aleatoriamente ser de uma mulher é igual a $200/500 = 0,4$. A probabilidade de uma ficha retirada aleatoriamente ser de um policial com patente cabo é igual a $200/500 = 0,4$. Portanto, a probabilidade de uma ficha retirada aleatoriamente ser de uma mulher cuja patente é cabo é igual a $0,4 \times 0,4 = 0,16$.*/

||B|| - Incorreta. A probabilidade de uma ficha retirada aleatoriamente ser de uma mulher é igual a $200/500 = 0,4$. A probabilidade de uma ficha retirada aleatoriamente ser de um policial com patente cabo é igual a $200/500 = 0,4$. Portanto, a probabilidade de uma ficha retirada aleatoriamente ser de uma mulher cuja patente é cabo é igual a $0,4 \times 0,4 = 0,16$.*/

||C|| - Incorreta. A probabilidade de uma ficha retirada aleatoriamente ser de uma mulher é igual a $200/500 = 0,4$. A probabilidade de uma ficha retirada aleatoriamente ser de um policial com patente cabo é igual a $200/500 = 0,4$. Portanto, a probabilidade de uma ficha retirada aleatoriamente ser de uma mulher cuja patente é cabo é igual a $0,4 \times 0,4 = 0,16$.*/

||D|| - Correta. A probabilidade de uma ficha retirada aleatoriamente ser de uma mulher é igual a $200/500 = 0,4$. A probabilidade de uma ficha retirada aleatoriamente ser de um policial com patente cabo é igual a $200/500 = 0,4$. Portanto, a probabilidade de uma ficha retirada aleatoriamente ser de uma mulher cuja patente é cabo é igual a $0,4 \times 0,4 = 0,16$.*/

||E|| - Incorreta. A probabilidade de uma ficha retirada aleatoriamente ser de uma mulher é igual a $200/500 = 0,4$. A probabilidade de uma ficha retirada aleatoriamente ser de um policial com patente cabo é igual a $200/500 = 0,4$. Portanto, a probabilidade de uma ficha retirada aleatoriamente ser de uma mulher cuja patente é cabo é igual a $0,4 \times 0,4 = 0,16$.*/

QUESTÃO 39

Em um período de 20 horas, a quantidade de chamadas para o número de emergência da polícia militar realizadas a cada hora é descrita pela função $Q(t)$ a seguir, em que $1 \leq t \leq 20$.

$$Q(t) = -t^2 + 11t + 276$$

A partir dessas informações, assinale a opção que corresponde ao valor de t na situação em que $Q(t) = 250$.

- A 8
- B 10
- C 13
- D 16
- E 19

JUSTIFICATIVAS

||A|| - Incorreta. $-t^2 + 11t + 276 = 250$ implica na equação $-t^2 + 11t + 26$, que tem duas raízes: $t = -2$ e $t = 13$. Logo, $t = 13$ é a opção correta.*/

||B|| - Incorreta. $-t^2 + 11t + 276 = 250$ implica na equação $-t^2 + 11t + 26$, que tem duas raízes: $t = -2$ e $t = 13$. Logo, $t = 13$ é a opção correta.*/

||C|| - Correta. $-t^2 + 11t + 276 = 250$ implica na equação $-t^2 + 11t + 26$, que tem duas raízes: $t = -2$ e $t = 13$. Logo, $t = 13$ é a opção correta.*/

||D|| - Incorreta. $-t^2 + 11t + 276 = 250$ implica na equação $-t^2 + 11t + 26$, que tem duas raízes: $t = -2$ e $t = 13$. Logo, $t = 13$ é a opção correta.*/

||E|| - Incorreta. $-t^2 + 11t + 276 = 250$ implica na equação $-t^2 + 11t + 26$, que tem duas raízes: $t = -2$ e $t = 13$. Logo, $t = 13$ é a opção correta.*/

QUESTÃO 40

Suponha que uma pesquisa realizada com um grupo de 350 policiais militares revele que, entre estes, 200 já estudaram em instituições de ensino públicas e 200 já estudaram em instituições de ensino particulares. Nessa situação, o número de policiais participantes da pesquisa que estudaram tanto em instituições de ensino públicas quanto em instituições de ensino particulares é

- A igual ou superior a 48 e inferior a 52.

B igual ou superior a 53 e inferior a 57.

C igual ou superior a 58 e inferior a 62.

D igual ou superior a 63 e inferior a 67.

E igual ou superior a 68 e inferior a 72.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. Denotando-se x como o número de policiais que estudaram apenas em instituições de ensino públicas, y como os que estudaram em instituições de ensino públicas e particulares e z como os que estudaram apenas em instituições de ensino particulares, o número total, ou seja, $x + y + z$, é igual a 350. Os que estudaram em instituições de ensino públicas, ou seja, $x + y$, equivale a 200, e os que estudaram em instituições de ensino particulares, ou seja, $y + z$, equivale a 200. Logo, $x = 200 - y$ e $z = 200 - y$.

Portanto,

$$200 - y + y + 200 - y = 350$$

$$400 - y = 350$$

$$y = 50.* /$$

||B|| - Incorreta. Denotando-se x como o número de policiais que estudaram apenas em instituições de ensino públicas, y como os que estudaram em instituições de ensino públicas e particulares e z como os que estudaram apenas em instituições de ensino particulares, o número total, ou seja, $x + y + z$, é igual a 350. Os que estudaram em instituições de ensino públicas, ou seja, $x + y$, equivale a 200, e os que estudaram em instituições de ensino particulares, ou seja, $y + z$, equivale a 200. Logo, $x = 200 - y$ e $z = 200 - y$.

Portanto,

$$200 - y + y + 200 - y = 350$$

$$400 - y = 350$$

$$y = 50.* /$$

||C|| - Incorreta. Denotando-se x como o número de policiais que estudaram apenas em instituições de ensino públicas, y como os que estudaram em instituições de ensino públicas e particulares e z como os que estudaram apenas em instituições de ensino particulares, o número total, ou seja, $x + y + z$, é igual a 350. Os que estudaram em instituições de ensino públicas, ou seja, $x + y$, equivale a 200, e os que estudaram em instituições de ensino particulares, ou seja, $y + z$, equivale a 200. Logo, $x = 200 - y$ e $z = 200 - y$.

Portanto,

$$200 - y + y + 200 - y = 350$$

$$400 - y = 350$$

$$y = 50.* /$$

||D|| - Incorreta. Denotando-se x como o número de policiais que estudaram apenas em instituições de ensino públicas, y como os que estudaram em instituições de ensino públicas e particulares e z como os que estudaram apenas em instituições de ensino particulares, o número total, ou seja, $x + y + z$, é igual a 350. Os que estudaram em instituições de ensino públicas, ou seja, $x + y$, equivale a 200, e os que estudaram em instituições de ensino particulares, ou seja, $y + z$, equivale a 200. Logo, $x = 200 - y$ e $z = 200 - y$.

Portanto,

$$200 - y + y + 200 - y = 350$$

$$400 - y = 350$$

$$y = 50.* /$$

||E|| - Incorreta. Denotando-se x como o número de policiais que estudaram apenas em instituições de ensino públicas, y como os

que estudaram em instituições de ensino públicas e particulares e z como os que estudaram apenas em instituições de ensino particulares, o número total, ou seja, $x + y + z$, é igual a 350. Os que estudaram em instituições de ensino públicas, ou seja, $x + y$, equivale a 200, e os que estudaram em instituições de ensino particulares, ou seja, $y + z$, equivale a 200. Logo, $x = 200 - y$ e $z = 200 - y$.

Portanto,

$$200 - y + y + 200 - y = 350$$

$$400 - y = 350$$

$$y = 50.* /$$

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 41**

No que se refere às funções da administração, assinale a opção correta.

- Ⓐ Planejamento é a função administrativa destinada a lidar com os cenários presentes e analisar os cenários passados.
- Ⓑ A função diretiva se exime de abordar questões relativas à liderança, focalizando aspectos concernentes à comunicação.
- Ⓒ A função de organização prescinde da análise de estruturas hierárquicas.
- Ⓓ Os parâmetros de desempenho estão relacionados à função de controle, tendo proeminente papel na obtenção dos resultados organizacionais.
- Ⓔ A função de organização é equivalente à função de direção, pois ambas lidam com os aspectos imprevisíveis relacionados à consecução dos objetivos organizacionais.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A função de planejamento concentra-se nos cenários futuros.*/
 ||B|| - Incorreta. Na direção, as questões de liderança são proeminentes, quando aplicáveis.*/
 ||C|| - Incorreta. A função de organização se baseia, entre outros aspectos, na análise de estruturas hierárquicas.*/
 ||D|| - Correta. A função de controle se debruça, principalmente, sobre a definição e o acompanhamento dos resultados organizacionais almejados.*/
 ||E|| - Incorreta. As duas funções lidam com a imprevisão contemporânea, no entanto de forma distinta e com enfoques diferentes, não sendo equivalentes.*/
 ||F|| - Incorreta. A implementação de tecnologias disruptivas exerce, em geral, impacto relevante sobre o comportamento organizacional.*/
 ||G|| - Incorreta. A pesquisa de clima organizacional pode evidenciar fatores relevantes e determinantes, até certo ponto, do comportamento organizacional.*/
 ||H|| - Correta. Tipo de liderança, tecnologias adotadas e cultura organizacional são aspectos que atuam sobre a dinâmica do comportamento organizacional.*/
 ||I|| - Incorreta. A estratégia constitui um padrão dinâmico, sem a característica de perenidade, em geral.*/
 ||J|| - Incorreta. Apesar de poder ser uma combinação poderosa, é inviável afirmar, inequivocamente, que a existência de um comportamento organizacional flexível e de uma liderança servidora é garantia de êxito organizacional.*/
 ||K|| - Incorreta. O aspecto cíclico do PDCA existe para garantir que a organização atinja sua excelência de forma disruptiva.
 ||L|| - Incorreta. O teórico que concebeu o ciclo PDCA foi Ishikawa, que buscava uma nova abordagem para a gestão da qualidade.
 ||M|| - Correta. A aplicação do PDCA é imprescindível no nível estratégico da organização, devendo, entretanto, ser evitada em outros níveis organizacionais.
 ||N|| - Incorreta. A etapa de ação, contemplada no ciclo PDCA, diz respeito à execução primária do ato planejado, dispensando possíveis correções.
 ||O|| - Incorreta. Devido a seu caráter incremental, o ciclo PDCA pode contribuir para a obtenção de melhoria organizacional contínua.
 ||P|| - Incorreta. O aspecto cíclico do PDCA existe para garantir que a organização atinja sua excelência de forma gradual, incremental e cíclica.*/
 ||Q|| - Incorreta. O teórico proponente do ciclo PDCA foi E. Deming.*/
 ||R|| - Incorreta. O PDCA pode ser aplicado a todos os níveis organizacionais. O nível estratégico, em geral, é incluído de forma prioritária na implementação do PDCA.*/
 ||S|| - Incorreta. A etapa de ação do ciclo PDCA ocupa-se, precisamente, do ato de corrigir ou aprimorar aquilo que vem sendo monitorado.*/
 ||T|| - Correta. Por ser cíclico e incremental, o PDCA pode se tornar importante ferramenta de melhoria contínua.*/
 ||U|| - Incorreta. No que concerne à gestão de recursos materiais nas organizações, assinale a opção correta.
 ||V|| - Correta. A gestão de estoques deve maximizar os investimentos em material estocado, visando à melhoria dos resultados organizacionais.

Questão 42

Em relação ao comportamento organizacional, assinale a opção correta.

- Ⓐ O uso de tecnologias disruptivas pela organização exerce pouca ou nenhuma influência sobre o comportamento organizacional.
- Ⓑ A influência da pesquisa de clima organizacional sobre o comportamento organizacional é irrelevante.
- Ⓒ A dinâmica do comportamento organizacional é resultado de questões relacionadas a liderança, tecnologia e cultura, entre outros fatores intervenientes.
- Ⓓ A estratégia consiste em padrão perene de comportamento organizacional.
- Ⓔ A existência de comportamento organizacional flexível e de liderança servidora é fator de garantia inequívoca do êxito organizacional.

||JUSTIFICATIVAS||**Questão 43**

Assinale a opção correta a respeito do ciclo PDCA.

- Ⓐ O aspecto cíclico do PDCA existe para garantir que a organização atinja sua excelência de forma disruptiva.
- Ⓑ O teórico que concebeu o ciclo PDCA foi Ishikawa, que buscava uma nova abordagem para a gestão da qualidade.
- Ⓒ A aplicação do PDCA é imprescindível no nível estratégico da organização, devendo, entretanto, ser evitada em outros níveis organizacionais.
- Ⓓ A etapa de ação, contemplada no ciclo PDCA, diz respeito à execução primária do ato planejado, dispensando possíveis correções.
- Ⓔ Devido a seu caráter incremental, o ciclo PDCA pode contribuir para a obtenção de melhoria organizacional contínua.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O aspecto cíclico do PDCA existe para garantir que a organização atinja sua excelência de forma gradual, incremental e cíclica.*/
 ||B|| - Incorreta. O teórico proponente do ciclo PDCA foi E. Deming.*/
 ||C|| - Incorreta. O PDCA pode ser aplicado a todos os níveis organizacionais. O nível estratégico, em geral, é incluído de forma prioritária na implementação do PDCA.*/
 ||D|| - Incorreta. A etapa de ação do ciclo PDCA ocupa-se, precisamente, do ato de corrigir ou aprimorar aquilo que vem sendo monitorado.*/
 ||E|| - Correta. Por ser cíclico e incremental, o PDCA pode se tornar importante ferramenta de melhoria contínua.*/
 ||F|| - Incorreta. No que concerne à gestão de recursos materiais nas organizações, assinale a opção correta.
 ||G|| - Correta. A gestão de estoques deve maximizar os investimentos em material estocado, visando à melhoria dos resultados organizacionais.

Questão 44

No que concerne à gestão de recursos materiais nas organizações, assinale a opção correta.

- Ⓐ A gestão de estoques deve maximizar os investimentos em material estocado, visando à melhoria dos resultados organizacionais.

- Ⓑ A gestão de compras deve ser realizada, prioritariamente, de forma terceirizada, principalmente no caso das atividades ligadas ao comércio de mercadorias.
- Ⓒ O inventário de estoque deve ser realizado por iniciativa da organização e em período por ela determinado, independentemente dos aspectos legais ou de conformidade.
- Ⓓ Os itens classificados como matérias-primas permanecem enquadrados nessa classificação durante toda a cadeia produtiva, necessariamente.
- Ⓔ O volume adequado dos níveis de estoque pode variar de acordo com o perfil organizacional e as necessidades sazonais, além de outros fatores conhecidos ou inéditos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Devem-se minimizar os investimentos em material estocado, na medida do possível. */

||B|| - Incorreta. Por se tratar de área sensível e de elevado risco, principalmente no âmbito de atividades comerciais, a gestão de compras não deve ser terceirizada, em geral.*/

||C|| - Incorreta. Devem ser seguidos, inclusive, os marcos legais e tributários.*/

||D|| - Incorreta. A classificação deverá mudar de acordo com o momento de tratativas daquele item ao longo da cadeia produtiva.*/

||E|| - Correta. Conforme a operação da gestão de materiais, os volumes considerados adequados para os níveis de estoque sofrerão variação.*/

Questão 45

Caso a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais, é cabível, segundo a Constituição Federal de 1988 (CF), o ajuizamento de

- Ⓐ mandado de segurança individual.
- Ⓑ mandado de segurança coletivo.
- Ⓒ mandado de injunção.
- Ⓓ *habeas corpus*.
- Ⓔ *habeas data*.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. De acordo com o art. 5.º, LXXI, da CF, “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”.*/

||B|| - Incorreta. De acordo com o art. 5.º, LXXI, da CF, “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”.*/

||C|| - Correta. De acordo com o art. 5.º, LXXI, da CF, “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”.*/

||D|| - Incorreta. De acordo com o art. 5.º, LXXI, da CF, “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e

liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”.*/

||E|| - Incorreta. De acordo com o art. 5.º, LXXI, da CF, “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”.*/

Questão 46

Suponha que as seguintes situações tenham ocorrido ao mesmo tempo: a naturalização brasileira de Ana foi cancelada em decorrência de sentença transitada em julgado; Maria foi condenada por improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4.º, da CF; e Cláudio recusou-se a cumprir obrigação a todos imposta, bem como a cumprir prestação alternativa, em oposição ao que determina o art. 5.º, VIII, da CF. Com base nessa suposição, é correto afirmar que a perda dos direitos políticos se dará em relação a

- Ⓐ Ana, Maria e Cláudio.
- Ⓑ Maria e Cláudio, apenas.
- Ⓒ Cláudio, somente.
- Ⓓ Maria, somente.
- Ⓔ Ana, somente.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Assim dispõe a CF:

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I – cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II – incapacidade civil absoluta;

III – condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV – recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5.º, VIII;

V – improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4.º.*/

||B|| - Incorreta. Assim dispõe a CF:

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I – cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II – incapacidade civil absoluta;

III – condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV – recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5.º, VIII;

V – improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4.º.*/

||C|| - Incorreta. Assim dispõe a CF:

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I – cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II – incapacidade civil absoluta;

III – condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV – recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5.º, VIII;

V – improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4.º.* /

||D|| - Incorreta. Assim dispõe a CF:

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I – cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II – incapacidade civil absoluta;

III – condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV – recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5.º, VIII;

V – improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4.º.* /

||E|| - Correta, de acordo com o disposto na CF:

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I – cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II – incapacidade civil absoluta;

III – condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV – recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5.º, VIII;

V – improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4.º.* /

Questão 47

A preservação da ordem pública e a segurança em estabelecimentos penais competem

Ⓐ à polícia militar, apenas.

Ⓑ à polícia penal, apenas.

Ⓒ à polícia militar e à polícia civil, respectivamente.

Ⓓ à polícia civil e à polícia penal, respectivamente.

Ⓔ à polícia militar e à polícia penal, respectivamente.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. De acordo com o art. 144, § 5.º e § 5.º-A, da CF, “As polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.” Já “às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais”.*/

||B|| - Incorreta. De acordo com o art. 144, § 5.º e § 5.º-A, da CF, “As polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.” Já “às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais”.*/

||C|| - Incorreta. De acordo com o art. 144, § 5.º e § 5.º-A, da CF, “As polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.” Já “às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais”.*/

||D|| - Incorreta. De acordo com o art. 144, § 5.º e § 5.º-A, da CF, “As polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.” Já “às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais”.*/

||E|| - Correta. De acordo com o art. 144, § 5.º e § 5.º-A, da CF, “As polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.” Já “às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais”.*/

Questão 48

Conforme previsto no texto constitucional, integra tanto o Conselho da República quanto o Conselho de Defesa Nacional o

Ⓐ ministro das Relações Exteriores.

Ⓑ ministro de Estado da Defesa.

Ⓒ ministro do Planejamento.

Ⓓ ministro da Justiça.

Ⓔ chefe da Casa Civil.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Conforme a CF (art. 89, inciso VI, e art. 91, inciso IV), o ministro da Justiça é o único, entre as opções propostas, que integra ambos os conselhos, o da República e o de Defesa Nacional.*/

||B|| - Incorreta. Conforme a CF (art. 89, inciso VI, e art. 91, inciso IV), o ministro da Justiça é o único, entre as opções propostas, que integra ambos os conselhos, o da República e o de Defesa Nacional.*/

||C|| - Incorreta. Conforme a CF (art. 89, inciso VI, e art. 91, inciso IV), o ministro da Justiça é o único, entre as opções propostas, que integra ambos os conselhos, o da República e o de Defesa Nacional.*/

||D|| - Correta. Conforme a CF (art. 89, inciso VI, e art. 91, inciso IV), o ministro da Justiça é o único, entre as opções propostas, que integra ambos os conselhos, o da República e o de Defesa Nacional.*/

||E|| - Incorreta. Conforme a CF (art. 89, inciso VI, e art. 91, inciso IV), o ministro da Justiça é o único, entre as opções propostas, que integra ambos os conselhos, o da República e o de Defesa Nacional.*/

Questão 49

Frederico, oficial da polícia militar do estado X, cometeu crime contra patrimônio sob administração militar; Leonardo, sargento da polícia militar do mesmo estado, praticou, no cumprimento de suas atribuições, crime doloso contra a vida de um civil, que veio a óbito; João, cabo da polícia militar também do estado X, é alvo de ação judicial ajuizada em razão de ato disciplinar militar praticado por ele.

Nessa situação hipotética, a justiça militar do estado X será competente para processar e julgar

Ⓐ Frederico, apenas.

Ⓑ Leonardo, apenas.

Ⓒ Frederico e João, apenas.

Ⓓ Leonardo e João, apenas.

Ⓔ Frederico, Leonardo e João.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Segundo o disposto no art. 125, § 4.º, da CF, compete à justiça militar estadual processar e julgar os militares dos estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações

judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças, ou seja, apenas Leonardo, que cometeu crime doloso contra a vida de civil, não será julgado pela justiça militar estadual.*/

||B|| - Incorreta. Segundo o disposto no art. 125, § 4.º, da CF, compete à justiça militar estadual processar e julgar os militares dos estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças, ou seja, apenas Leonardo, que cometeu crime doloso contra a vida de civil, não será julgado pela justiça militar estadual.*/

||C|| - Correta. Segundo o disposto no art. 125, § 4.º, da CF, compete à justiça militar estadual processar e julgar os militares dos estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças, ou seja, apenas Leonardo, que cometeu crime doloso contra a vida de civil, não será julgado pela justiça militar estadual.*/

||D|| - Incorreta. Segundo o disposto no art. 125, § 4.º, da CF, compete à justiça militar estadual processar e julgar os militares dos estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças, ou seja, apenas Leonardo, que cometeu crime doloso contra a vida de civil, não será julgado pela justiça militar estadual.*/

||E|| - Incorreta. Segundo o disposto no art. 125, § 4.º, da CF, compete à justiça militar estadual processar e julgar os militares dos estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças, ou seja, apenas Leonardo, que cometeu crime doloso contra a vida de civil, não será julgado pela justiça militar estadual.*/

Questão 50

Assinale a opção em que é corretamente citado princípio implícito da administração pública.

- A publicidade
- B eficiência
- C moralidade
- D proporcionalidade
- E impessoalidade

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Contudo, a legislação não versa de forma expressa sobre a proporcionalidade, que é

considerada pela doutrina um princípio implícito da administração pública.*/

||B|| - Incorreta. A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Contudo, a legislação não versa de forma expressa sobre a proporcionalidade, que é considerada pela doutrina um princípio implícito da administração pública.*/

||C|| - Incorreta. A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Contudo, a legislação não versa de forma expressa sobre a proporcionalidade, que é considerada pela doutrina um princípio implícito da administração pública.*/

||D|| - Correta. A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Contudo, a legislação não versa de forma expressa sobre a proporcionalidade, que é considerada pela doutrina um princípio implícito da administração pública.*/

||E|| - Incorreta. A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Contudo, a legislação não versa de forma expressa sobre a proporcionalidade, que é considerada pela doutrina um princípio implícito da administração pública.*/

Questão 51

No que diz respeito aos atos administrativos, assinale a opção correta.

- A Em observância ao atributo da presunção de legitimidade, os atos administrativos podem ser executados diretamente pela própria administração pública, independentemente de autorização dos Poderes Judiciário e Legislativo.
- B A convalidação supre o vício existente em um ato ilegal, com efeitos retroativos à data em que foi praticado.
- C A administração pública pode anular ato administrativo editado em conformidade com a lei por razões de conveniência e oportunidade.
- D Haja vista a prevalência do interesse público sobre o privado, os atos administrativos podem sempre ser anulados ou modificados, não se aplicando qualquer prazo decadencial.
- E Por meio do ato administrativo vinculado, a lei concede à administração pública a liberdade de escolher entre diferentes soluções para um problema, dentro dos limites estabelecidos por lei, conforme conveniência e oportunidade, para atender ao interesse público.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O atributo da autoexecutoriedade é que dispõe que os atos administrativos podem ser executados pela própria Administração Pública diretamente, independentemente de intervenção do Poder Judiciário.*/

||B|| - Correta. Segundo a doutrina, convalidação ou saneamento é o ato administrativo pelo qual é suprido vício existente em ato ilegal, com efeitos retroativos à data em que este foi praticado.*/

||C|| - Incorreta. Segundo a doutrina, a anulação de ato administrativo pressupõe a existência de ilegalidade.*/

||D|| - Incorreta. Os atos administrativos também estão sujeitos à decadência. O artigo 54 da Lei n.º 9.784/99 prescreve o prazo decadencial de 5 anos.*/

||E|| - Incorreta. A definição dada pelo item é a de ato discricionário. O ato vinculado é aquele que contém todos os seus elementos constitutivos na lei, não existindo possibilidade de subjetivismo ou valoração do administrador.*/

Questão 52

A faculdade de que dispõe a administração pública de condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades ou direitos individuais em benefício da coletividade denomina-se poder

- Ⓐ hierárquico.
- Ⓑ disciplinar.
- Ⓒ regulamentar.
- Ⓓ normativo.
- Ⓔ de polícia.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Segundo a doutrina, poder de polícia é a faculdade de que dispõe a administração pública de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades, e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado.*/

||B|| - Incorreta. Segundo a doutrina, poder de polícia é a faculdade de que dispõe a administração pública de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades, e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado.*/

||C|| - Incorreta. Segundo a doutrina, poder de polícia é a faculdade de que dispõe a administração pública de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades, e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado.*/

||D|| - Incorreta. Segundo a doutrina, poder de polícia é a faculdade de que dispõe a administração pública de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades, e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado.*/

||E|| - Correta. Segundo a doutrina, poder de polícia é a faculdade de que dispõe a administração pública de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades, e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado.*/

Questão 53

José, policial militar da PMDF, conduzia uma viatura durante operação de serviço, quando se envolveu em acidente de trânsito com Pedro, que dirigia seu carro particular.

Nessa situação hipotética, no que concerne à responsabilidade civil do Estado,

- Ⓐ o Distrito Federal somente será responsabilizado se houver demonstração de dolo ou culpa de José, haja vista a predominância do interesse público sobre o interesse privado.
- Ⓑ independentemente da demonstração de dolo ou culpa de José, caso o Distrito Federal seja responsabilizado, haverá a possibilidade de ação de regresso em face do policial militar.
- Ⓒ caso fique demonstrada a culpa concorrente de Pedro para o acidente, a responsabilidade civil do Distrito Federal será atenuada, porém não excluída.
- Ⓓ a responsabilidade civil do Distrito Federal é objetiva, com fundamento na teoria do risco integral.
- Ⓔ para a responsabilização civil do Distrito Federal, há necessidade apenas de demonstração da ação ou omissão do agente José e do dano a Pedro.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A responsabilidade civil do Estado é objetiva com fundamento na teoria do risco administrativo, de modo que,

para a responsabilização do DF, há necessidade de demonstração da ação ou omissão, do nexo de causalidade e do dano.*/

||B|| - Incorreta. O direito de regresso na responsabilidade civil do Estado depende da demonstração de dolo ou culpa do agente, de sorte que somente nessas hipóteses José poderia ser responsabilizado.*/

||C|| - Correta. A culpa concorrente é hipótese de atenuante da responsabilidade civil do Estado, porém não a exclui.*/

||D|| - Incorreta. A responsabilidade civil do Estado é objetiva, fundada na teoria do risco administrativo.*/

||E|| - Incorreta. Para a responsabilidade civil do Estado, há necessidade de demonstração da ação ou omissão do Estado, do dano e do nexo de causalidade.*/

Questão 54

De acordo com o Decreto n.º 11.531/2023, a proposta de trabalho para a celebração de convênios ou contratos de repasse deverá conter, entre outros elementos mínimos,

- Ⓐ a justificativa para a sua execução.
- Ⓑ a descrição completa do objeto, das metas e das etapas.
- Ⓒ a demonstração da compatibilidade de custos.
- Ⓓ o cronograma físico e financeiro.
- Ⓔ o plano detalhado de aplicação.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. Decreto n.º 11.531/2023.

Art. 7.º (...)

§ 1.º A proposta de trabalho de que trata o *caput* conterà, no mínimo:

- I – a descrição do objeto;
- II – a justificativa para a sua execução;
- III – a estimativa dos recursos financeiros; e
- IV – a previsão do prazo para a execução do objeto.*/

||B|| - Incorreta. Trata-se de elemento mínimo do plano de trabalho, de acordo com o § 2.º do art. 7.º do Decreto n.º 11.531/2023, e não de elemento obrigatório da proposta de trabalho.*/

||C|| - Incorreta. Trata-se de elemento mínimo do plano de trabalho, de acordo com o § 2.º do art. 7.º do Decreto n.º 11.531/2023, e não de elemento obrigatório da proposta de trabalho.*/

||D|| - Incorreta. Trata-se de elemento mínimo do plano de trabalho, de acordo com o § 2.º do art. 7.º do Decreto n.º 11.531/2023, e não de elemento obrigatório da proposta de trabalho.*/

||E|| - Incorreta. Trata-se de elemento mínimo do plano de trabalho, de acordo com o § 2.º do art. 7.º do Decreto n.º 11.531/2023, e não de elemento obrigatório da proposta de trabalho.*/

Questão 55

No que se refere ao concurso de pessoas, assinale a opção correta com base no direito penal brasileiro.

- Ⓐ No concurso de pessoas, cada agente responde apenas pela execução que realizou, sem responsabilização pelos atos dos demais.
- Ⓑ A participação de menor de idade, devido à sua inimputabilidade, impede o reconhecimento do concurso de pessoas, respondendo pelo crime apenas o(s) participante(s) maior(es) de idade.
- Ⓒ Para o concurso de pessoas, o Código Penal adota a teoria unitária ou monística, segundo a qual todos os concorrentes respondem pelo mesmo crime, ressalvadas circunstâncias pessoais.

- Ⓓ No concurso de pessoas, é sempre aplicada a mesma pena tanto para autores quanto para partícipes do crime.
- Ⓔ A adesão ao crime após sua consumação, a exemplo da receptação de objeto adquirido por meio de furto, configura concurso de pessoas.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. No concurso de pessoas, todos os agentes respondem pelo fato global, conforme o art. 29 do Código Penal (teoria unitária, monística ou monista), salvo exceções expressas.* /

||B|| - Incorreta. A inimputabilidade do menor não impede o concurso; o maior responde criminalmente.* /

||C|| - Correta. Conforme interpretação doutrinária do art. 29 do Código Penal, a norma penal brasileira adota a teoria monística, com ressalva quanto à comunicabilidade das circunstâncias pessoais (art. 30). Segundo a teoria unitária, monística ou monista, quem concorre para um crime por ele responde. Todos os coautores e partícipes se sujeitam a um único tipo penal, havendo um único crime com diversos agentes.* /

||D|| - Incorreta. As penas podem variar conforme a contribuição individual, especialmente no caso de participação de menor importância.* /

||E|| - Incorreta. Quem adere após a consumação não participa do crime original; pode responder por delito autônomo, como receptação.* /

Questão 56

No que concerne ao indulto, assinale a opção correta.

- Ⓐ Para a concessão de indulto, consideram-se a duração da pena aplicada e o preenchimento de determinados requisitos, que devem ser objetivos.
- Ⓑ O indulto é modalidade de clemência concedida espontaneamente pelo presidente da República e extingue a punibilidade, conforme previsto no Código Penal.
- Ⓒ É requisito para a concessão do benefício de indulto o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- Ⓓ O indulto substitui a pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos.
- Ⓔ Para que o indulto produza efeitos após a sua concessão, é necessária a aceitação do condenado beneficiado.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Para a concessão do indulto levam-se em consideração a duração da pena aplicada e o preenchimento de determinados requisitos objetivos, sendo também considerados requisitos subjetivos, como a primariedade.* /

||B|| - Correta. O indulto é modalidade de clemência concedida espontaneamente pelo presidente da República, sendo causa legal de extinção da punibilidade, segundo o Código Penal.* /

||C|| - Incorreta. Para a concessão do indulto, não se faz necessário o trânsito em julgado da sentença condenatória. A jurisprudência do STF já não reclama o trânsito em julgado da condenação para a sua concessão.* /

||D|| - Incorreta. O indulto não substitui a pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos, ele extingue a punibilidade.* /

||E|| - Incorreta. O indulto é ato unilateral do Poder Executivo e independe da vontade do condenado.* /

Questão 57

Durante a madrugada de determinado dia, Carlos adentrou-se, pela janela, em uma residência sem causar dano, e de lá subtraiu objetos de valor. Antes de sair, ele foi surpreendido pelos moradores da referida residência, contra os quais empregou violência para assegurar a posse dos bens subtraídos. Em seguida, Carlos fugiu.

Nessa situação hipotética, Carlos praticou

- Ⓐ furto qualificado pelo rompimento de obstáculo.
- Ⓑ roubo impróprio.
- Ⓒ furto simples, com aumento de pena pela invasão da residência.
- Ⓓ roubo próprio.
- Ⓔ invasão de domicílio e furto, em concurso material.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Não houve rompimento de obstáculo, e o uso da violência após a subtração configura roubo impróprio, conforme art. 157, § 1.º, do Código Penal.* /

||B|| - Correta. O agente praticou roubo impróprio, de acordo com o previsto no art. 157, § 1.º, do Código Penal: subtração sem violência, mas uso de violência posterior para garantir a posse.* /

||C|| - Incorreta. A violência posterior exclui a possibilidade de tipificação como furto simples.* /

||D|| - Incorreta. No roubo próprio, a violência é anterior ou concomitante à subtração dos bens.* /

||E|| - Incorreta. Não ocorre concurso material, porque o crime de invasão é absorvido pelo de roubo.* /

Questão 58

Suponha que um indivíduo, após invadir uma residência, empregue grave ameaça para subtrair bens, cometendo o crime de roubo. Com base nessa situação hipotética e nas regras de solução do conflito aparente de normas penais, é correto afirmar que esse indivíduo, após ser regularmente processado, deverá responder

- Ⓐ pelos crimes de roubo e de violação de domicílio, em concurso material.
- Ⓑ apenas pelo crime de violação de domicílio, que é mais grave que o de roubo.
- Ⓒ apenas pelo crime de roubo, uma vez que ele absorve o crime de invasão de domicílio, aplicando-se o princípio da especialidade.
- Ⓓ pelos crimes de roubo e de violação de domicílio, aplicando-se o princípio da subsidiariedade.
- Ⓔ apenas pelo crime de violação de domicílio, pois o roubo é fato atípico nesse caso.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Não há concurso material. Aplica-se o princípio da especialidade.* /

||B|| - Incorreta. O crime mais grave (roubo) não é afastado.* /

||C|| - Correta. A norma do roubo absorve a de violação de domicílio, pois contém previsão mais abrangente.* /

||D|| - Incorreta. A subsidiariedade não se aplica quando há especialidade.* /

||E|| - Incorreta. O roubo é perfeitamente típico e absorve a conduta de entrada na residência.* /

Questão 59

Durante uma discussão, João sacou uma arma de fogo e atirou na direção de Marcos, tendo-o atingido no peito. Marcos veio a óbito antes de ser socorrido. Após a realização de perícia, confirmou-se que o tiro disparado por João fora a causa da morte de Marcos. No dia do crime, João fugiu, mas foi preso dias depois.

Nesse caso, João praticou

- Ⓐ homicídio doloso consumado.
- Ⓑ homicídio culposo.
- Ⓒ lesão corporal seguida de morte.
- Ⓓ lesão corporal de natureza grave.
- Ⓔ homicídio privilegiado.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. João teve dolo direto de matar, e o crime se consumou.*/
 ||B|| - Incorreta. A conduta de João evidencia a intenção de matar, excluindo o homicídio culposo.*/
 ||C|| - Incorreta. Não há dolo apenas na lesão; o dolo é no homicídio.*/
 ||D|| - Incorreta. Além do dolo, a morte se consumou, logo não se trata de lesão corporal de natureza grave.*/
 ||E|| - Incorreta. Não há dados sobre motivação nobre ou emoção relevante que justifiquem a forma privilegiada.*/
Questão 60

Durante um plantão policial, o delegado de polícia civil responsável pela delegacia de determinada circunscrição policial tomou ciência de crime ocorrido em bairro fora de sua circunscrição, crime que poderia ensejar a propositura de ação penal pública incondicionada. Sem que houvesse situação de flagrante delito ou urgência, o delegado de polícia instaurou o inquérito policial e realizou diversas diligências investigatórias iniciais, entre elas, a oitiva de testemunhas. No dia seguinte, encaminhou os autos ao delegado de polícia responsável pela área onde ocorreria o crime.

Considerando a situação hipotética precedente e as disposições do Código de Processo Penal (CPP), assinale a opção correta.

- Ⓐ O inquérito policial instaurado e as diligências investigatórias realizadas são nulos, pois o delegado de polícia não possuía competência territorial para a apuração do crime e não havia situação de urgência que ensejasse sua atuação.
- Ⓑ O delegado de polícia agiu corretamente, pois a notícia do crime autoriza a instauração do inquérito policial, independentemente da circunscrição na qual o crime foi cometido.
- Ⓒ A instauração do inquérito policial é válida embora as diligências investigatórias praticadas sejam ineficazes, por ausência de competência funcional do delegado de polícia.
- Ⓓ A atuação do delegado de polícia fora de sua circunscrição é válida, pois a lei processual penal não exige urgência para a realização das diligências investigatórias iniciais.
- Ⓔ O inquérito policial deveria ter sido iniciado exclusivamente mediante requisição do Ministério Público, porque o fato delituoso ocorreu fora da área de atuação do delegado de polícia.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. Nos termos do art. 22 do CPP, a atuação de delegado fora de sua circunscrição só é autorizada em situação de urgência ou necessidade imediata. Na ausência de tais circunstâncias, os atos são inválidos.*/
 ||B|| - Incorreta. O simples conhecimento do crime não autoriza atuação fora da circunscrição, sem urgência.*/
 ||C|| - Incorreta. Sem competência, a própria instauração do inquérito e as diligências são inválidas, não apenas ineficazes.*/
 ||D|| - Incorreta. O art. 22 do CPP exige urgência para autorizar a prática de atos fora da área de competência do delegado.*/
 ||E|| - Incorreta. Em crimes de ação pública incondicionada, o delegado pode agir de ofício, independentemente de requisição do MP (CPP, art. 5.º, I).*/

Questão 61

No âmbito de determinado processo penal, o juiz condenou o réu em decisão fundamentada exclusivamente nos elementos informativos colhidos durante a fase do inquérito policial, sem que estes tivessem sido reproduzidos no juízo criminal. Os elementos informativos colhidos durante o inquérito policial não se referiam a provas cautelares, não repetíveis ou antecipadas.

Nessa situação hipotética, de acordo com as disposições do CPP,

- Ⓐ a condenação do réu é válida, pois o inquérito policial goza de presunção de veracidade absoluta.
- Ⓑ a condenação do réu é inválida, pois o juiz não pode fundamentá-la com base exclusivamente nos elementos informativos colhidos no inquérito policial.
- Ⓒ o inquérito policial equivale a prova judicial válida para a condenação do réu.
- Ⓓ a ausência de contraditório no inquérito policial afeta a validade dos elementos informativos utilizados para embasar a condenação do réu.
- Ⓔ a validade da condenação criminal do réu depende da homologação prévia do inquérito policial pelo Ministério Público.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O inquérito policial não tem presunção de veracidade absoluta; é um procedimento informativo, no qual o contraditório é diferido ou postergado (CPP, art. 155).*/
 ||B|| - Correta. A condenação não pode basear-se exclusivamente nos elementos de informação colhidos no inquérito policial, exceto se forem provas cautelares, não repetíveis ou antecipadas, não sendo o caso em questão (CPP, art. 155).*/
 ||C|| - Incorreta. O inquérito policial não equivale à prova judicial, que é produzida sob contraditório no âmbito judicial; no inquérito policial, são colhidos elementos de informação.*/
 ||D|| - Incorreta. A ausência de contraditório no inquérito policial não afeta a validade dos elementos informativos utilizados para embasar a condenação do réu, visto que o contraditório, nesse caso, é diferido.*/
 ||E|| - Incorreta. Não há previsão de homologação de inquérito pelo Ministério Público.*/
Questão 62

Em ação penal instaurada para apurar a prática do crime de homicídio, o único elemento que vinculava o agente ao crime era sua confissão, feita à autoridade policial fora de juízo e sem a presença de seu defensor. A ação penal foi instaurada após o oferecimento de denúncia pelo Ministério Público, com base exclusivamente na confissão informal do agente, que não a contestou.

Nessa situação hipotética, de acordo com o disposto no CPP,

- Ⓐ a confissão extrajudicial é suficiente para fundamentar, isoladamente, a condenação.
- Ⓑ a prova é válida, pois a autoridade policial é agente público regularmente investido.
- Ⓒ a confissão extrajudicial do acusado, por ter sido feita na ausência de seu defensor, é inválida e não é apta a fundamentar a sua condenação.
- Ⓓ a prova não é válida, devido à ausência de contraditório na fase extrajudicial.
- Ⓔ a prova é válida, devido à ausência de impugnação pelo acusado.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Para que a confissão extrajudicial seja admitida, é necessária a presença de defensor. Na situação hipotética, o

agente confessou extrajudicialmente sem a presença de seu defensor, portanto a confissão extrajudicial não pode ser valorada para a condenação do agente.*/

||B|| - Incorreta. A confissão extrajudicial, no caso em questão, é inválida, pois foi feita sem contraditório e sem defensor, não bastando para a condenação do agente.*/

||C|| - Correta. A confissão do acusado, por ter sido feita na ausência de seu defensor, é inválida, não podendo fundamentar a condenação do acusado.*/

||D|| - Incorreta. A prova não é válida, e não porque não houve contraditório, mas porque foi obtida sem a presença do defensor do acusado.*/

||E|| - Incorreta. A ausência de impugnação pelo acusado não torna válida a prova.*/

Questão 63

Durante investigação criminal, determinada testemunha afirmou ter presenciado a prática do crime e descreveu fisicamente o suposto autor do delito. No entanto, a testemunha não foi convidada a apontar o suposto autor entre outras pessoas fisicamente semelhantes, nem presencialmente nem por meio de fotografias. O delegado de polícia instaurou inquérito policial e, ao final, indiciou o suposto autor do delito apenas com base na descrição verbal da testemunha.

Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições do CPP, assinale a opção correta.

- Ⓐ O reconhecimento informal da testemunha é suficiente para justificar, isoladamente, o indiciamento e a eventual condenação do suspeito.
- Ⓑ O reconhecimento pessoal não atendeu ao procedimento específico previsto no CPP, sendo, portanto, passível de nulidade.
- Ⓒ O reconhecimento pessoal realizado por descrição verbal dispensa a sua formalização se corroborado por outras provas.
- Ⓓ A ausência de formalidade no reconhecimento pessoal poderá ser suprida pela oitiva judicial da testemunha.
- Ⓔ O reconhecimento fotográfico, por si só, dispensa o reconhecimento judicial.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O reconhecimento informal não é suficiente, por si só, para embasar condenação.*/

||B|| - Correta. O reconhecimento deve obedecer ao rito formal previsto no art. 226 do CPP, sob pena de nulidade.*/

||C|| - Incorreta. O reconhecimento verbal não dispensa o procedimento formal previsto no CPP.*/

||D|| - Incorreta. A oitiva posterior da testemunha não supre a ausência do reconhecimento formal.*/

||E|| - Incorreta. O reconhecimento fotográfico, por si só, não substitui o reconhecimento pessoal formal.*/

Questão 64

Durante o trâmite de ação penal pública, o ofendido apresentou ao juiz pedido de habilitação como assistente da acusação. O juiz, por meio de despacho, admitiu a habilitação do ofendido sem ouvir previamente o Ministério Público.

Tendo por base a situação hipotética apresentada e as disposições do CPP, assinale a opção correta.

- Ⓐ O juiz agiu corretamente, pois a admissão do assistente independe da oitiva do Ministério Público.
- Ⓑ O requerimento do ofendido é cabível, porém a ausência de oitiva do Ministério Público é vício que poderá acarretar a nulidade do despacho que admitiu a habilitação.
- Ⓒ Apesar de o despacho que admitiu a habilitação do assistente ser irrecurável, houve nulidade no ato de admissão, em razão de o Ministério Público não ter sido ouvido previamente.

Ⓓ A intervenção do assistente de acusação só teria sido válida se tivesse ocorrido na fase recursal, não sendo admitida no curso do processo penal.

Ⓔ Pessoa que seja corréu no mesmo processo pode intervir como assistente de acusação, desde que concorde com a imputação feita ao corréu principal.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. De acordo com o art. 272 do CPP, o Ministério Público deve ser ouvido previamente sobre a admissão do assistente.*/

||B|| - Incorreta. A ausência de oitiva do Ministério Público não gera a nulidade da decisão que admitiu o assistente, produzindo apenas vício formal no ato de admissão.*/

||C|| - Correta. O despacho que admite o assistente é irrecurável (CPP, art. 273), mas o Ministério Público deve ser ouvido previamente (CPP, art. 272).*/

||D|| - Incorreta. O assistente atua durante toda a ação pública (CPP, art. 268), inclusive na instrução processual penal.*/

||E|| - Incorreta. Não é permitido ao corréu atuar como assistente da acusação (CPP, art. 270).*/

Questão 65

Em relação às medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em caso de prisão em flagrante decorrente do descumprimento de medidas protetivas de urgência deferidas por decisão judicial, o delegado ou a autoridade judicial poderá conceder fiança ao agressor.
- Ⓑ Somente se configura o crime de descumprimento de medida protetiva de urgência se a decisão judicial que as deferiu tiver sido proferida por juiz com competência criminal.
- Ⓒ Verificada a ocorrência do crime de descumprimento de medida protetiva de urgência, a autoridade judicial não poderá aplicar outras sanções legais além das previstas para esse crime, sob pena de infringir o princípio *non bis in idem*.
- Ⓓ O juiz pode, quando necessário, conceder à ofendida, entre outras medidas protetivas de urgência, auxílio-aluguel, por período não superior a 6 meses, devendo seu valor ser fixado em função da situação de vulnerabilidade social e econômica da ofendida.
- Ⓔ As medidas protetivas de urgência podem ser concedidas pelo juiz, a pedido da ofendida ou a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Na hipótese de prisão em flagrante, somente a autoridade judicial poderá conceder a fiança, segundo dispõe o art. 24-A, § 2.º, da Lei n.º 11.340/2006.*/

||B|| - Incorreta. O crime restará configurado independentemente da competência cível ou criminal do juiz que deferiu as medidas protetivas de urgência, nos termos do art. 24-A, § 1.º, da Lei n.º 11.340/2006.*/

||C|| - Incorreta. Há previsão legal que permite a aplicação de outras sanções cabíveis, nos termos do art. 24-A, § 3.º, da Lei n.º 11.340/2006.*/

||D|| - Correta. Nos termos do inciso VI do art. 23 da Lei n.º 11.340/2006, inciso incluído pela Lei n.º 14.674/2023, o juiz poderá, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas, conceder à ofendida auxílio-aluguel, com valor fixado em função

de sua situação de vulnerabilidade social e econômica, por período não superior a 6 meses.*/

||E|| - Incorreta. Nos termos do art. 19 da Lei n.º 11.340/2006, as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, não existindo previsão na lei para que o delegado, em nome próprio, formule pedido de concessão de medida protetiva de urgência. A vítima, ao ser ouvida pela autoridade policial e ao ser cientificada de seus direitos, declara que está solicitando a concessão de uma ou mais medidas protetivas, e esse pedido é remetido pelo delegado ao juiz para análise.*/

Questão 66

Com base na Lei n.º 12.850/2013, que dispõe sobre crime organizado, assinale a opção correta.

- Ⓐ A organização criminosa se caracteriza pela associação de três ou mais pessoas, estruturalmente ordenadas e com divisão de tarefas, ainda que informal, com o objetivo de praticar crimes para obtenção de vantagem de qualquer natureza.
- Ⓑ Se houver a participação de criança ou adolescente na prática das condutas criminosas previstas na citada lei, a pena dos agentes será aumentada até a metade.
- Ⓒ A pena do agente que praticar as condutas previstas na referida lei será aumentada de 1/6 a 2/3 se o produto ou o proveito da infração penal se destinar, ainda que em parte, ao exterior.
- Ⓓ Se a organização criminosa atuar mediante o emprego de arma de fogo, a pena dos agentes será aumentada em até 1/3.
- Ⓔ Admite-se como meio de obtenção de prova o acordo de colaboração premiada, sendo o início das negociações demarcado pelo recebimento da proposta para a formalização desse acordo, cuja celebração constituirá o marco de confidencialidade.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A organização criminosa pressupõe a associação de quatro ou mais pessoas, conforme art. 1.º, § 1.º, da Lei n.º 12.850/2013.*/

||B|| - Incorreta. O aumento de pena será de 1/6 a 2/3 na hipótese descrita, conforme art. 2.º, § 4.º, I da Lei n.º 12.850/2013.*/

||C|| - Correta. O aumento de pena será de 1/6 a 2/3 na hipótese descrita, conforme art. 2.º, § 4.º, III da Lei n.º 12.850/2013.*/

||D|| - Incorreta. O uso de arma de fogo acarreta o aumento de pena até a metade, segundo o art. 2.º, § 2.º, da Lei n.º 12.850/2013.*/

||E|| - Incorreta. De acordo com os arts. 3.º-A e 3.º-B da Lei n.º 12.850/2013, a colaboração premiada é negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova, mas o seu marco de confidencialidade se dá no momento do recebimento da proposta para formalização de acordo de colaboração, e não no momento de sua celebração.*/

Questão 67

Em relação aos crimes de tortura, assinale a opção correta de acordo com a Lei n.º 9.455/1997.

- Ⓐ Os crimes de tortura são inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia.
- Ⓑ Aqueles que forem condenados por crime de tortura, bem como aqueles que se omitirem diante da prática desse crime, deverão iniciar o cumprimento de suas penas em regime fechado.
- Ⓒ A condenação de um agente público pelo crime de tortura acarretará a interdição para o exercício de função pública pelo mesmo prazo da pena a ele aplicada.

Ⓓ A condenação de um agente público pelo crime de tortura acarretará apenas a perda do cargo, da função ou do emprego público.

Ⓔ A referida lei não é aplicável ao agente que praticar o crime de tortura em território estrangeiro, ainda que a vítima seja brasileira.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, nos termos do art. 1.º, § 6.º, da Lei n.º 9.455/1997.*/

||B|| - Incorreta. Há exceção expressamente prevista aos casos de omissão, segundo o art. 1.º, § 2.º, da Lei n.º 9.455/1997.*/

||C|| - Incorreta. A perda do cargo, função ou emprego público será pelo dobro do prazo da pena aplicada, de acordo com o art. 1.º, § 5.º, da Lei n.º 9.455/1997.*/

||D|| - Incorreta. A condenação do agente público ao crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para o exercício de função pública pelo dobro do prazo da pena aplicada ao agente, de acordo com o art. 1.º, § 5.º, da Lei n.º 9.455/1997.*/

||E|| - Incorreta. O artigo 2.º da Lei n.º 9.455/1997 prevê ser aplicável esta lei quando o crime não tiver sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.*/

Questão 68

Em relação às formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, julgue os itens seguintes, conforme a Lei Maria da Penha.

- I Configura-se violência psicológica quando o agente pratica qualquer conduta que ofenda a dignidade da mulher por meio, por exemplo, da prática de injúria.
- II De acordo com a Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.
- III A violência física é caracterizada pela prática de qualquer conduta que vise controlar as ações da mulher, mediante ameaça, vigilância constante, perseguição contumaz, exploração e limitação do seu direito de ir e vir.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O item I está errado. Nos termos do art. 7.º, inciso V, da Lei Maria da Penha, a conduta descrita se amolda à violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.*/

||B|| - Correta. Apenas o item II está certo.

O item I está errado. Nos termos do art. 7.º, inciso V, da Lei Maria da Penha, a conduta descrita se amolda à violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

O item II está certo. Nos termos do art. 6.º da Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

O item III está errado. Nos termos do art. 7.º, inciso II, da Lei Maria da Penha, a conduta descrita se amolda à violência psicológica.*/

||C|| - Incorreta. O item I está errado. Nos termos do art. 7.º, inciso V, da Lei Maria da Penha, a conduta descrita se amolda à violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

O item III está errado. Nos termos do art. 7.º, inciso II, da Lei Maria da Penha, a conduta descrita se amolda à violência psicológica.*

||D|| - Incorreta. O item III está errado. Nos termos do art. 7.º, inciso II, da Lei Maria da Penha, a conduta descrita se amolda à violência psicológica.*

||E|| - Incorreta. Apenas o item II está certo.*

Questão 69

Acerca de abuso de autoridade, assinale a opção correta à luz da Lei n.º 13.869/2019.

- Ⓐ Os crimes previstos na citada lei são de ação penal pública condicionada à representação.
- Ⓑ Aquele que exerce função, transitoriamente e sem remuneração, em órgão do Poder Judiciário é considerado agente público para fins de aplicação da referida lei.
- Ⓒ Não se admite o ajuizamento de ação penal privada nos crimes previstos na referida lei, ainda que o Ministério Público não ofereça denúncia no prazo legal.
- Ⓓ Inclui-se entre os efeitos da condenação pelos crimes previstos na citada lei a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública por período não superior a quatro anos.
- Ⓔ A perda do cargo, do mandato ou da função pública é efeito automático da condenação por crime previsto na citada lei.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A ação penal pública é incondicionada, segundo o art. 3.º da Lei n.º 13.869/2019.*

||B|| - Correta. De acordo com o art. 2.º, parágrafo único, da Lei n.º 13.869/2019, considera-se agente público, para os efeitos desta Lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função em órgão ou entidade abrangidos pelo *caput* deste artigo.*

||C|| - Incorreta. Nos termos do art. 3.º, § 1.º, da Lei n.º 13.869/2019, será admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal.*

||D|| - Incorreta. Nos termos do art. 4.º, II, da Lei n.º 13.869/2019, o período é de 1 a 5 anos no caso de inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública.*

||E|| - Incorreta. Nos termos do art. 4.º, parágrafo único, da Lei n.º 13.869/2019, os efeitos previstos nos incisos II e III do *caput* deste artigo são condicionados à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não são automáticos, devendo ser declarados motivadamente na sentença.*

Questão 70

De acordo com a Lei Maria da Penha, assinale a opção correta.

- Ⓐ Feito o registro da ocorrência, em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial deverá, de imediato, colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias.
- Ⓑ A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência durante o atendimento policial somente adotará as providências legais cabíveis quando da confirmação da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Ⓒ A autoridade policial que atender uma mulher em situação de violência doméstica deverá garantir a imediata proteção policial da vítima e comunicar o fato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário no prazo de 24 horas.

Ⓓ Feito o registro da ocorrência, nos casos de violência física contra a mulher, a autoridade policial deverá remeter, no prazo de 24 horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida para concessão de medidas protetivas de urgência.

Ⓔ Verificada a existência de risco à vida da mulher em situação de violência doméstica ou familiar, caberá ao policial, em qualquer hipótese, afastar imediatamente o agressor do lar de convivência com a ofendida.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. Nos termos do art. 12, inciso II, da Lei n.º 11.340/2006, em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias.*

||B|| - Incorreta. Nos termos do art. 10 da Lei n.º 11.340/2006, na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis.*

||C|| - Incorreta. A comunicação será imediata, nos termos do art. 11, inciso I, da Lei n.º 11.340/2006, no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências, garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato o Ministério Público e o Poder Judiciário.*

||D|| - Incorreta. O procedimento deverá ser adotado em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher e o prazo de remessa será de 48 horas, nos termos do art. 12, inciso III, da Lei n.º 11.340/2006.*

||E|| - Incorreta. O policial somente adotará as medidas caso não seja sede de comarca e não exista delegado disponível no momento da denúncia, de acordo com o art. 12-C da Lei n.º 11.340/2006.*

Questão 71

De acordo com o artigo 149 do Código Penal Militar (CPM), configura-se o crime de motim quando militares se reúnem com o propósito de

- Ⓐ agir contra a ordem recebida de superior ou negar-se a cumpri-la.
- Ⓑ praticar, armados, violência contra pessoas ou bens públicos ou particulares, em locais sujeitos ou não à administração militar.
- Ⓒ deixar de informar ao superior sobre a preparação de um motim ou revolta, ou, estando presente ao ato criminoso, não utilizar todos os meios ao seu alcance para impedi-lo.
- Ⓓ concertar-se com outros militares para a prática do crime de motim, antes de sua execução.
- Ⓔ aliciar outro militar para a prática do crime de motim ou revolta.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. Conforme o artigo 149, inciso I, do CPM, caracteriza-se o crime de motim quando militares se reúnem “agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la”.*

||B|| - Incorreta. A conduta descrita na opção está tipificada no artigo 150 do CPM, que trata da “organização de grupo para a prática de violência”, e não no artigo 149, que trata do motim.*

||C|| - Incorreta. A ação descrita na opção configura o crime de “omissão de lealdade militar”, previsto no artigo 151 do CPM, e não o crime de motim.*/
 ||D|| - Incorreta. A conduta descrita na opção refere-se ao crime de “conspiração”, previsto no artigo 152 do CPM, que trata do ajuste prévio para a prática do motim, e não do motim em si.*/
 ||E|| - Incorreta. A ação descrita na opção está prevista no artigo 154 do CPM, que trata da “aliciação para motim ou revolta”, que é distinta do crime de motim propriamente dito.*/
Questão 72
 Entre as penas principais previstas no artigo 55 do CPM, consta a de

- Ⓐ prestação de serviço comunitário.
- Ⓑ morte.
- Ⓒ multa.
- Ⓓ suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função.
- Ⓔ reforma.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Prestação de serviço comunitário não figura entre as penas principais previstas no art. 55 do CPM.*/
 ||B|| - Correta. Conforme o art. 55 do CPM, a pena de morte pode ser aplicada em tempo de guerra e é uma das penas principais.*/
 ||C|| - Incorreta. Multa não figura entre as penas principais previstas no art. 55 do CPM.*/
 ||D|| - Incorreta. A pena de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função era considerada uma pena principal, mas essa consideração foi revogada pela Lei n.º 14.688/2023. Sendo assim, essa pena não é mais uma pena principal prevista no art. 55 do CPM.*/
 ||E|| - Incorreta. A pena de reforma era considerada uma pena principal, mas essa consideração foi revogada pela Lei n.º 14.688/2023. Sendo assim, essa pena não é mais uma pena principal prevista no art. 55 do CPM.*/
Questão 73
 De acordo com o artigo 123 do CPM, extingue-se a punibilidade

- Ⓐ pela reabilitação.
- Ⓑ pelo casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes.
- Ⓒ pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.
- Ⓓ pelo perdão aceito, nos crimes de ação pública.
- Ⓔ pela morte do ofendido.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A reabilitação foi revogada como causa de extinção da punibilidade pela Lei n.º 14.688/2023.*/
 ||B|| - Incorreta. O casamento do agente com a vítima não é previsto como causa de extinção da punibilidade no CPM.*/
 ||C|| - Correta. Conforme o artigo 123, inciso III, do CPM, a punibilidade é extinta pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.*/
 ||D|| - Incorreta. O perdão aceito é causa de extinção da punibilidade apenas nos crimes de ação penal privada, não sendo aplicável nos crimes de ação pública. Em resumo, no contexto do CPM, o perdão do ofendido não possui eficácia para extinguir a punibilidade, uma vez que a ação penal militar é pública e

incondicionada, e o CPM não prevê a ação penal privada nem institutos a ela relacionados.*/
 ||E|| - Incorreta. A morte do ofendido não extingue a punibilidade. O artigo 123, inciso I, do CPM, prevê a extinção da punibilidade pela morte do agente, e não da vítima.*/
Questão 74
 De acordo com o CPM, caracteriza o crime de deserção

- Ⓐ o abandono do posto de trabalho.
- Ⓑ a ausência injustificada do serviço militar por mais de 8 dias.
- Ⓒ a recusa ao cumprimento de ordem legal.
- Ⓓ a divulgação de informações confidenciais.
- Ⓔ o uso indevido de uniforme militar.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O abandono de posto é assim tipificado no artigo 195 do CPM: “Abandonar, sem ordem superior, o posto ou lugar de serviço que lhe foi designado.”*/
 ||B|| - Correta. O artigo 187 do CPM define o crime de deserção como: “Ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias.”*/
 ||C|| - Incorreta. A recusa em obedecer a ordens superiores caracteriza o crime de recusa de obediência, previsto no artigo 163 do CPM: “Recusar obedecer a ordem do superior sobre assunto ou matéria de serviço, ou relativamente a dever imposto em lei, regulamento ou instrução.”*/
 ||D|| - Incorreta. A divulgação não autorizada de informações sigilosas configura o crime de violação de sigilo funcional e é tratada no artigo 326 do CPM: “Revelar fato ou documento de que tem ciência em razão do cargo ou função e que deva permanecer em segredo.”*/
 ||E|| - Incorreta. O uso indevido de uniforme é um crime abordado no artigo 172 do CPM: “Usar indevidamente uniforme, distintivo ou insígnia militar a que não tenha direito.”*/
Questão 75
 Considere a situação em que se encerrou o horário do turno de uma sentinela, o militar que deveria assumir o turno seguinte não a substituiu e ela, sem autorização, foi embora e não mais retornou. Nesse caso, segundo o CPM, a sentinela em questão cometeu o crime de

- Ⓐ descumprimento de missão.
- Ⓑ prevaricação.
- Ⓒ retenção indevida.
- Ⓓ abandono de posto.
- Ⓔ omissão de eficiência da força.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O CPM não tipifica especificamente o descumprimento de missão como crime. Tal conduta pode ser enquadrada em outros tipos penais, conforme as circunstâncias.*/
 ||B|| - Incorreta. Conforme o CPM, o crime de prevaricação (art. 319) é caracterizado pela conduta de “Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra expressa disposição de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal”.*/
 ||C|| - Incorreta. Conforme o CPM, o crime de retenção indevida (art. 197) é caracterizado pela conduta de “Deixar o oficial de

restituir, por ocasião da passagem de função, ou quando lhe é exigido, objeto, plano, carta, cifra, código ou documento que lhe haja sido confiado”. Não se trata, portanto, de crime cometido pela sentinela. */

||D|| - Correta. No caso apresentado, a sentinela, mesmo após o término do turno, não foi substituída e, sem autorização, deixou o posto. Essa ação configura o crime de abandono de posto (CPM, art. 195), pois o militar deve permanecer no local até ser devidamente substituído ou autorizado a se retirar. A jurisprudência reforça que o abandono de posto é um crime de mera conduta, consumando-se no momento em que o militar se afasta do local designado sem autorização superior. */

||E|| - Incorreta. De acordo com o CPM, o crime de omissão de eficiência da força (art. 198) é caracterizado pela conduta de “Deixar o comandante de manter a força sob seu comando em estado de eficiência”. Portanto, não se trata do crime cometido pela sentinela no caso. */

Questão 76

De acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) e com a jurisprudência dos tribunais superiores, compete à justiça militar da União

- I processar e julgar os militares dos estados nos crimes militares definidos em lei.
- II decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
- III processar e julgar os crimes militares cometidos por civis.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item III está certo.
- C) Apenas os itens I e II estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O item I está errado. Conforme o artigo 125, § 4.º, da CF, compete à justiça militar estadual processar e julgar os militares dos estados nos crimes militares definidos em lei. */

||B|| - Correta. O item III está certo. A justiça militar estadual não possui competência para processar e julgar civis, mesmo que tenham cometido crimes militares. Essa competência é exclusiva da justiça militar da União. Conforme entendimento do STJ, a justiça militar estadual não pode julgar civis, ainda que pela prática de crime contra instituição policial militar. */

||C|| - Incorreta. O item I está errado. Conforme o artigo 125, § 4.º, da CF, compete à justiça militar estadual processar e julgar os militares dos estados nos crimes militares definidos em lei. O item II está errado. O artigo 125, § 4.º, da CF estabelece que cabe ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças. O STF confirmou que essa competência é da justiça militar estadual. */

||D|| - Incorreta. O item II está errado. O artigo 125, § 4.º, da CF estabelece que cabe ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças. O STF confirmou que essa competência é da justiça militar estadual. */

||E|| - Incorreta. Apenas o item III está certo. */

Questão 77

Conforme as hipóteses de impedimento estabelecidas no Código de Processo Penal Militar (CPPM), estará impedido de atuar no processo penal militar o membro do Ministério Público que

- A) seja amigo íntimo do acusado.
- B) tenha aconselhado anteriormente o acusado.
- C) seja credor do acusado.

D) tenha atuado como defensor do acusado no mesmo processo.

E) seja presidente de sociedade ligada ao acusado.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A amizade íntima é hipótese de suspeição, e não de impedimento, de acordo com o CPPM (art. 58, alínea a). */

||B|| - Incorreta. O aconselhamento prévio é hipótese de suspeição, e não de impedimento, conforme o CPPM (art. 58, alínea c). */

||C|| - Incorreta. O membro do MP ser credor do acusado é causa de suspeição, e não de impedimento, de acordo com o CPPM (art. 58, alínea d). */

||D|| - Correta. Segundo o art. 57, alínea b, do CPPM, o membro do Ministério Público já ter desempenhado função de defensor do acusado no mesmo processo configura hipótese de impedimento, tornando-o legalmente proibido de atuar no caso. */

||E|| - Incorreta. O fato de o membro do MP ser presidente de sociedade ligada ao acusado configura causa de suspeição, e não de impedimento, de acordo com o CPPM (art. 58, alínea f). */

Questão 78

Consoante o disposto no CPPM, é competência da Polícia Judiciária Militar

- A) determinar a aplicação de penas disciplinares aos militares infratores.
- B) julgar os crimes militares em primeira instância.
- C) apurar os crimes militares e sua autoria.
- D) legislar sobre normas de conduta militar.
- E) executar penas privativas de liberdade impostas pela justiça militar.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A aplicação de penas disciplinares é competência do comandante da unidade militar, conforme regulamentos disciplinares específicos de cada força. A Polícia Judiciária Militar não possui atribuição para aplicar sanções disciplinares, mas, sim, para investigar infrações penais militares. */

||B|| - Incorreta. O julgamento dos crimes militares é de competência da justiça militar, composta por juízes e tribunais militares. A Polícia Judiciária Militar atua na fase investigativa, não possuindo função jurisdicional para julgar crimes. */

||C|| - Correta. Conforme o artigo 8.º, alínea a, do CPPM, compete à Polícia Judiciária Militar “apurar os crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria”. Isso significa que a PJM é responsável pela investigação dos crimes militares, devendo identificar os autores e coletar provas para subsidiar o processo judicial. */

||D|| - Incorreta. A criação de normas legais é atribuição do Poder Legislativo. A Polícia Judiciária Militar não tem competência para legislar, mas, sim, para cumprir e fazer cumprir as leis existentes, especialmente no que tange à investigação de crimes militares. */

||E|| - Incorreta. A execução de penas privativas de liberdade é de responsabilidade dos órgãos do sistema penitenciário militar ou das unidades prisionais designadas para tal fim. A Polícia Judiciária Militar não é encarregada da execução penal, mas, sim, da investigação criminal. */

Questão 79

De acordo com o CPPM, o inquérito policial militar (IPM) pode ser iniciado

- A) de ofício, pela autoridade militar em cujo âmbito de jurisdição ou comando haja ocorrido a infração penal, sendo desnecessário observar a posição hierárquica do infrator.
- B) por determinação ou delegação da autoridade militar superior, que, em caso de urgência, poderá ser feita por via telefônica ou radiotelefônica, sem necessidade de confirmação posterior por ofício.

- C por intimação de juiz auditor militar, quando este entendê-lo necessário para a elucidação dos fatos.
- D a requerimento da parte investigada ou de quem legalmente a represente, ou em virtude de representação devidamente autorizada de quem tenha conhecimento de infração penal cuja repressão caiba à justiça militar.
- E por decisão do Superior Tribunal Militar (STM), nos termos do artigo 25.

||A|| - Incorreta. Conforme o artigo 10, alínea a, do CPPM, a forma descrita na opção é das formas legítimas de instauração do IPM, contudo é necessário atender a hierarquia entre o infrator e a autoridade militar. */

||B|| - Incorreta. Previsto no artigo 10, alínea b, do CPPM, a forma descrita na opção é válida, especialmente em situações de urgência, contudo, em caso de urgência, poderá ser feita por via telegráfica e deverá ser confirmada posteriormente via ofício.*/

||C|| - Incorreta. O artigo 10 do CPPM não prevê a requisição do juiz auditor militar como forma de instauração do inquérito policial militar. As formas previstas são:

- a) de ofício, pela autoridade militar competente;
- b) por determinação ou delegação da autoridade militar superior;
- c) em virtude de requisição do Ministério Público;
- d) por decisão do Superior Tribunal Militar, nos termos do art. 25;
- e) a requerimento da parte ofendida ou de quem legalmente a represente, ou por representação autorizada de quem tenha conhecimento da infração;
- f) quando, de sindicância feita em âmbito de jurisdição militar resulte indício da existência de infração penal militar.

Portanto, a requisição do juiz auditor militar não é uma das formas previstas para a instauração do IPM.*/

||D|| - Incorreta. Conforme o artigo 10, alínea e, do CPPM, esta é uma forma válida de instauração do IPM, porém deve ser feita a requerimento da parte ofendida.*/

||E|| - Correta. De acordo com o artigo 10, alínea d, do CPPM, o STM pode determinar a instauração do IPM.*/

Questão 80

Com base no CPPM, assinale a opção que corresponde ao prazo para a conclusão do IPM no caso de o indiciado estar preso.

- A 10 dias
- B 20 dias
- C 30 dias
- D 40 dias
- E 60 dias

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O prazo de 10 dias é previsto no Código de Processo Penal (CPP) para a conclusão do inquérito policial comum quando o indiciado está preso, mas não se aplica ao IPM previsto no CPPM.*/

||B|| - Correta. Conforme o artigo 20 do CPPM, o IPM deve ser concluído em até 20 dias quando o indiciado estiver preso, contados a partir da execução da ordem de prisão.*/

||C|| - Incorreta. Não há previsão no CPPM de um prazo de 30 dias para a conclusão do IPM com indiciado preso.*/

||D|| - Incorreta. O prazo de 40 dias é previsto no CPPM para a conclusão do IPM quando o indiciado está solto, não quando está preso.*/

||E|| - Incorreta. O CPPM não estabelece prazo de 60 dias para a conclusão do IPM, seja para indiciado preso, seja para o solto.*/

Espaço livre